

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
CASTELO BRANCO



ATA DA SESSÃO
ORDINÁRIA DE
2021/06/30

ATA N.º 05



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

ATA N.º 5/2021

Aos trinta dias do mês de junho de 2021, pelas 9 horas e 30 minutos, reuniu em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Castelo Branco, cuja mesa foi presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Arnaldo Jorge Pacheco Braz, pelo Primeiro Secretário, Carlos Simão Martins Mingacho e pela Segunda Secretária, Teresa Paula Baptista dos Santos Crúzio, com a seguinte ordem de trabalhos:

I - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

A preencher nos termos do Regimento.

II - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Ponto 1 - Aprovação das atas n.ºs. 3 e 4, referentes às sessões, de 25 de abril de 2021 e 30 de abril de 2021.

Ponto 2 - Apreciar uma informação do Presidente da Câmara sobre a atividade municipal e situação financeira do Município.

Ponto 3 - Discussão e votação da proposta de “Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território do Município de Castelo Branco (REOT)”. **(Proposta n.º. 15/2021)**

Ponto 4 - Discussão e votação da proposta de “Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo no Município de Castelo Branco”. **(Proposta n.º. 16/2021)**

Ponto 5 - Discussão e votação da proposta de “Contratos Interadministrativos com as Uniões e Juntas de Freguesia:

5.1. União de Freguesias de Ninho do Açor e Sobral do Campo. Obras de Conservação da Piscina de Ninho do Açor. **(Proposta n.º. 17/2021)**

5.2. Junta de Freguesia de Malpica do Tejo. Instalação do Espaço do Cidadão. **(Proposta n.º. 18/2021)**

5.3. Junta de Freguesia de Tinalhas. Instalação do Espaço do Cidadão. **(Proposta n.º.19/2021)**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Ponto 6 - Discussão e votação da proposta de “2ª. Alteração Orçamental Modificativa (Revisão) e às Grandes Opções do Plano e Orçamento do ano 2021, da Câmara Municipal de Castelo Branco”. (Proposta nº 20/2021)

ADITAMENTO À **CONVOCATÓRIA DA SESSÃO DE 30/06/2021**

Ponto 7 - Apreciação da proposta de “Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e Respetiva Avaliação, em 31 de dezembro de 2020”:

7.1. Câmara Municipal de Castelo Branco. (Proposta n.º 21/2021)

7.2. Serviços Municipalizados de Castelo Branco. (Proposta n.º 22/2021)

Ponto 8 - Apreciação e votação da proposta de “Documentos de Prestação de Contas do Exercício do ano 2020”:

8.1. Câmara Municipal de Castelo Branco. (Proposta n.º 23/2021)

8.2. Serviços Municipalizados de Castelo Branco. (Proposta n.º 24/2021)

Ponto 9 - Discussão e votação da proposta de “Pedido de Declaração de Interesse Público. Eurowind Energy, Lda. Central Fotovoltaica”. (Proposta nº. 25/2021)

Ponto 10 - 5 Discussão e votação da proposta de “Contratos Interadministrativos com as Uniões e Juntas de Freguesia:

10.1. Junta de Freguesia de Monforte da Beira. Intervenção no Edifício Multiusos, na rua da Igreja. (Proposta nº. 26/2021)

10.2. União de Freguesias de Ninho do Açor e Sobral do Campo:

10.2.1. Instalação do Espaço de Cidadão. (Proposta nº. 27/2021)

10.2.2. Rota do Azeite. (Proposta nº. 28/2021)

10.3. Junta de Freguesia de Tinalhas. Aditamento ao Contrato de Requalificação do Recinto das Festas. (Proposta nº. 29/2021)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

MEMBROS PRESENTES À SESSÃO

Arnaldo Jorge Pacheco Brás, Cristelle Varanda Domingos (em substituição de Maria Hortense Nunes Martins), Carlos Simão Martins Mingacho, Joaquim Manuel Faustino (Maria de Lurdes de Gouveia da Costa Barata), Jorge Manuel Vieira Neves, Hélio Pedro Gonçalves Lameiras (em substituição de João Miguel Correia Dias Pereira), Maria Cristina Vicente Pires Granada, José dos Santos Pires, Maria da Graça Vilela Ventura, Paula Carreiro (em substituição de Nuno Miguel Correia Teixeira Maia) Jorge Micaelo (em substituição de Francisco Manuel Pombo Lopes), Maria do Carmo Almeida Nunes, Carlos Alberto da Conceição Casal, José Alberto Moreira Duarte, Miguel Gregório Barroso, Álvaro Manuel Reis Batista, Nuno Duarte Mimoso Figuiinha, Eliseu Matos Pereira, José Manuel Pires Ribeiro, Carina Sofia Filipe Caetano, Francisco de Assis Palhinha de Oliveira, Mário Gregório Barata Rosa, André de Jesus Gonçalves, Carlos Alberto Mendes Barreto, Leopoldo Martins Rodrigues, António Manuel Figueiredo Sanches, Pedro João Martins Serra, Jorge Manuel Ferreirinho Diogo, Teresa Paula Baptista dos Santos Crúzio, Hugo Alexandre Gomes Dias, Luís Manuel de Andrade, Vítor Manuel Ribeiro Louro, Celeste Nunes Rodrigues, José Carlos Ramos Dé, Severino Miguel da Conceição Vaz, António Manuel Falcão Antunes João Miguel Teles Baltazar, Ernestina Gens da Conceição Baptista Perquilhas, António Manuel Varanda Marcelino e João Paulo Ramos Martinho.

MEMBROS AUSENTES À SESSÃO

Maria Hortense Nunes Martins, Maria de Lurdes Gouveia da Costa Barata, João Miguel Correia Dias Pereira, Nuno Miguel Correia Teixeira Maia e Francisco Manuel Pombo Lopes.

JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS

Maria Hortense Nunes Martins, Maria de Lurdes Gouveia da Costa Barata, João Miguel Correia Dias Pereira, Nuno Miguel Correia Teixeira Maia e Francisco Manuel Pombo Lopes.

CORRESPONDENCIA RECEBIDA

- Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto – Manual de Retoma Associativa Pós-Covid;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

- **Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados SROC, Lda.** – Certificação Legal das Contas e Relatório e Parecer das Contas referentes ao exercício de 2020, da Câmara Municipal de Castelo Branco;
- **Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados SROC, Lda.** - Certificação Legal das Contas e Relatório e Parecer das Contas referentes ao Exercício de 2020, dos Serviços Municipalizados de Castelo Branco;
- **Assembleia Municipal de Mortágua** – Moção de Rearborização – Revogação da Portaria nº. 15A/20218, de 12 de janeiro.
- . **Câmara Municipal de Castelo Branco:**
 - **Envio de atas dos meses de abril e maio;**
 - **Documentos de Prestação de Contas do Exercício de 2020 do CATAA – Associação Centro Tecnológico Agro-Alimentar;**
 - **Documentos de Prestação de Contas do Exercício de 2020 da Albigeç, EM/SA.**

I - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Mário Gregório Barata Rosa (Presidente da Junta de Freguesia de Alcains) – Estamos, hoje nesta que será a penúltima Assembleia Ordinária até às próximas eleições autárquicas.

Como todos sabem, os 19 presidentes de Junta de Freguesia que desta Assembleia fazem parte não foram para ela eleitos, mas pelo cargo que ocupam, têm assento na mesma por inerência.

Assim, pode-se dizer que durante o mandato têm dezasseis dias em que se dedicam aos assuntos globais do nosso município, mas nos restantes 1.460 dias é sua preocupação constante os assuntos em particular das suas freguesias. E não são poucos.

Para isso há que recorrer aos recursos próprios da freguesia, recursos esses que são muito limitados.

É por isso que não deverá haver um dia em que os presidentes de junta não solicitem apoio quer junto da Câmara Municipal, quer junto dos Serviços Municipalizados.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

É, pois, justo, pelo menos no que diz respeito à minha freguesia, realçar esse apoio.

Dos Serviços Municipalizados, nunca uma solicitação minha deixou de ser atendida. Da sua Administradora, Dra. Maria José, recebi sempre uma resposta positiva e resolutiva para as mesmas. Os meus agradecimentos que são extensivos aos seus colaboradores e colaboradoras.

Sobre o apoio e investimento concretizado em Alcains, pela Câmara Municipal, durante este mandato é justo realçar o mesmo e evidenciá-lo:

1-A Feira do Queijo reformulou-se e tornou-se uma feira de referência a nível regional e até nacional;

2 - O início do funcionamento do Polo da Usalbi;

3 - A requalificação do Parque Infantil do Largo de Santo António, da Urbanização da Quinta da Pedreira e da Urbanização do Regatinho;

4 -Requalificaram-se, a Rua Papa João 23 e Travessa do Arrabalde;

5 - Requalificou-se a zona envolvente às Escolas do 1º ciclo e Infantários;

6 - Construiu-se a Pedo ciclovia desde as Escolas do 1º ciclo até à Ermida de Santa Apolónia;

7- Requalificou-se o Estádio Trigueiros de Aragão;

8- A Requalificação da Casa do Povo;

9- A Ampliação do Cemitério;

10 - A instalação do Balcão do Cidadão. Este espaço do cidadão é já uma referência, servindo a Freguesia de Alcains e algumas mais próximas;

11 - O lançamento e início da requalificação da zona centro de Alcains;

12 - O lançamento e início do campo sintético e infraestruturas de apoio ao mesmo no Complexo Desportivo Trigueiros de Aragão;

13 - Início das obras de alargamento da Avenida Infante Santo com a primeira intervenção já iniciada no que diz ao alargamento da avenida junto do campo de futebol;

14 - Ainda na semana passada a Câmara Municipal de Castelo Branco noticiou o apoio financeiro disponibilizado à requalificação do Centro Médico de Alcains;

É muito? Não! Alcains precisa de muito mais. Mas, estes foram os pedidos feitos a quem dirigiu a Câmara Municipal de Castelo Branco durante os primeiros três anos deste mandato, o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Dr. Luis Correia, neste último ano o Coronel José Alves e Vereadores. Todos eles foram aceites e a obra está à vista de todos.

- Para um Presidente de Freguesia há sempre mais obra a fazer, há sempre algo mais a construir, a requalificar, mas como se diz: “Roma e Pavia não se fizeram num só dia”.

Resta-me, pois, dirigir um agradecimento e o mesmo é extensivo a todos os colaboradores e colaboradoras da Câmara Municipal de Castelo Branco.

OBRIGADO.

Pedro João Martins Serra (Presidente da Junta de Freguesia de Louriçal do Campo) - Hoje permitam-me que a minha intervenção incida sobre a freguesia de Louriçal do Campo, da qual sou presidente da Junta.

Menciono apenas e só como exemplo, poderia utilizar qualquer umas das freguesias do nosso concelho, sem qualquer hesitação.

Brevemente completarei o mandato de 8 anos como presidente, como tal apresentarei a esta assembleia a atividade de um autarca de uma freguesia rural, um trabalho baseado na proximidade diária com as pessoas.

Apenas refiro o período em que ocupo este cargo, não porque menospreze o tempo anterior, o bom senso e respeito pelo passado, conferem rigor e isenção nesta apreciação, não é de bom senso ocultar páginas á história.

Ao longo destes 8 anos foram calcetadas 8 Ruas:

- Rua Chão do Ramalho;
- Rua de S. Bartolomeu;
- Rua do Lagar;
- Rua das Alminhas;
- Rua do Lagar Cimeiro;
- Rua do Barrocal;
- Rua Lage da Torre;
- Rua dos Pardieiros;

Foram reparados, e têm manutenção bi-anual:

- Estrada de Vale Jardins;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

- Rua da Ribeira;
- Rua Chão da Ribeira;
- Estrada da Pardinha;
- Estrada do Tapada;
- Estrada da óles;
- Estrada do Galvão;
- Caminho da Moita;
- Estrada da torre;

- 12 Km de caminho íngreme na Gardunha, ou quais acrescentamos nos últimos anos mais aquedutos, travessias, abertura de valetas em rocha e reforço de taludes, para que se mantenham transitáveis.

Requalificamos:

- 5 pontes;
- Construimos duas 2 novas pontes;
- Construimos 4 pontes de madeira sobre a Ocreza;
- Requalificamos 13 fontes;
- Colocamos 6 Km de tubo para a reforço de abastecimento de água ás fontes, infelizmente parte deles destruídos com o incêndio de 2017;
- Fizemos 7 alagamentos de via, alguns com o objetivo específico de permitir o acesso a viaturas de combate a incêndios em zonas próximas da encosta;
- Requalificamos o cemitério;
- Recuperamos e recolocamos as alminhas de pedra encontradas no Ponsul e desaparecidas á 20 anos;
- Fizemos a limpeza do rio Ocreza 1 vez desde a nascente até á barragem de Sta. Águeda.

Da requalificação da escola abandonada nasceu:

1. Casc-Centro de Animação Social e Cultural, local onde funciona:
 - A Usalbi;
 - A Biblioteca, neste momento em fase de reorganização;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

- O Salão de eventos;
 - Uma Cozinha industrial (em fase de certificação) para apoiar os pequenos produtores na confeção e embalagem de produtos locais, uma mais valia para todos;
 - Um Forno comunitário;
 - Um Parque infantil;
 - Um Polidesportivo com balneários;
 - Um Ginásio ao ar livre com equipamentos fitness;
2. Requalificamos as antigas instalações do Clube, transformando e equipando 2 quartos para isolar doentes com Covid-19, caso o Centro de S. Bento tivesse necessidade de isolar algum dos utentes, felizmente até á data ainda não serviu;
 3. Requalificamos o complexo das Piscinas de S. fiel, tanto no Interior, como no exterior, hoje são uma referência na nossa região;
 4. Reparámos o Tanque de S. Fiel, permite armazenar mais de 300 0000 litros de água, está referenciado pelos bombeiros como ponto estratégico para abastecimento de água em caso de incêndio;
 5. Construímos o Centro de Noite S. Bento;
 6. Requalificação do monumento de Nossa Senhora de Fátima e a parte envolvente;
 7. O Jardim da praça;
 8. Requalificação da Igreja matriz de Louriçal do Campo;
 9. Construímos o Parque radical na Tapada da renda, ainda em melhoramento, depois de vandalizado;
 10. O Centro BTT;
 11. Instalamos uma rede de Wifi gratuito na freguesia que abrange o Largo da Junta, o Centro de S. Bento, O Largo de Festas, a Piscina e o Casc.;
 12. Cais para todos os contentores de lixo;
 13. Criamos uma rede de distribuição de águas bombeada de poços para regar todos os jardins, não consumimos atualmente água da rede.

Desenvolvemos um conjunto de atividades:

1. Rota da Gardunha/UTG;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

2. Apoiamos Gardunha vertical, diversos passeios TT, provas de ciclismo e atletismo;
3. As Rotas encenadas da Gardunha;
4. Sexta feira 13,
5. Apoiamos a produção de Dois filmes, “Garças” com estreia em +150 universidades de diversos países, “O segredo das rochas” a estrear a 15 de agosto e no GardunhaFest no Fundão;
6. Apoiamos a compra de Farda e Instrumentos para a Banda Filarmónica;
7. Renascer das Cinzas, realizado a 18 de março de 2019;
8. Passeios culturais pela freguesia;
9. Apoiamos a Visita dos alunos da Usalbi ao Gabinete do Conselho Ministros e ao Oceanário;
10. Visita dos utentes do centro dia ao oceanário, e a outros pontos de interesse no país;
11. Acampamento de Páscoa dos Escoteiros;
12. A Usalbi na Freguesia;
13. Criamos o dia da Freguesia a 15 de agosto;
14. A matança a porco;
15. A rota das adegas;
16. Apoiamos e promovemos o lançamento de duas obras literárias sobre S. Fiel, lançamento que aconteceu na nossa freguesia;
17. Levamos a cultura e a música, á freguesia desde o fado, música clássica, as palestras, etc.,
18. Participamos em todos os desfiles de Carnaval na cidade, em alguns anos fomos premiados;
19. Paratrike;
20. Workshops sempre com produtos relacionados com a freguesia;
21. Balouço do Castelo Velho;
22. Sobe e desce do Castelo Velho;
23. A Pasteleira da Gardunha;
24. Miradouro da Gardunha/Rampa;
25. Concluiu-se um dois mais belos murais pintado pela artista plástica Rosário Belo na Praça Marechal Carmona.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Guardo para o final 3 obras que decorrem neste momento, duas delas tiveram mais de 25 anos de promessa, passaram de programa eleitoral, em programa eleitoral, refiro-me:

- A construção da ciclovia, percurso pedonal e alargamento da via entre S. Fiel e o Louriçal do Campo, uma obra de grande relevância, e estrutural para a freguesia;

- Requalificação do Adro da Igreja, a qual conjuntamente com a anterior, conferem uma entrada digna à freguesia.;

- A Requalificação da Sede da Junta colocando no mesmo Espaço, a sede da Junta, o Espaço Cidadão, Posto Médico, CTT, com acessibilidade e mobilidade, sublinho, mobilidade para todos os cidadãos, situação que até á bem pouco tempo era impossível;

No final há a recompensa pela vinda de mais famílias, algumas jovens, que escolheram a nossa freguesia para viver, invertendo um ciclo terrível já vaticinado por alguns como impossível de inverter.

Destas famílias destaco também os estrangeiros, em número elevado, com integração mais difícil devido á barreira linguística.

A proximidade a esta diversificada comunidade permitiu, agendar já para o início do próximo ano letivo, o ensino do português, neste momento já contamos com cerca de 20 inscritos, acreditamos que toda a comunidade ficará a ganhar.

Tenho utilizado ao longo do texto a 1ª pessoa do plural o “nós”, representando a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal de Castelo Branco, todos sabemos que sem ela todo este trajeto era impossível.

Destaco a coragem, e a determinação dos Senhores Presidentes da Câmara, Luís Correia e José Augusto Alves, sempre presentes, interventivos, disponíveis, atentos ás necessidades de todas as freguesias, fizemos a caminhada juntos, contribuindo para a coesão territorial da nossa região.

Termino como comecei, utilizei o Louriçal do Campo apenas como exemplo, poderia ser qualquer uma das nossas freguesias.

Bem haja.

Maria do Carmo Almeida Nunes (PS) - Castelo Branco é hoje uma cidade virada para o futuro, fruto de uma estratégia bem planeada, com investimentos nas mais variadas áreas, designadamente, na área económica, social, da saúde, do ambiente, educação e



A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized initial 'F' followed by a smaller, more intricate signature.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

empreendedorismo, para além de outras onde foram feitos investimentos que proporcionaram um aumento da qualidade de vida dos albicastrenses.

Começo em primeiro lugar, por referir os investimentos feitos nas freguesias, designadamente, ao nível da requalificação e reabilitação de infraestruturas e equipamentos de apoio às populações ali residentes, cito a título de exemplo a criação do Museu dos Têxteis - Mutex, a requalificação da centro da vila de Alcains, e ainda investimentos na área do imaterial, preservando as tradições, as romarias, e a valorização dos produtos endógenos, dinamizando desta forma a economia local e a cultura nas freguesias. A USALBI, é hoje uma realidade presente em todas as freguesias de forma a promover o envelhecimento ativo aumentando a sua qualidade. O Espaço Cidadão criado em articulação com a Câmara Municipal, Freguesias e a Agência para a Modernização Administrativa - AMA, instalado em 8 freguesias, sendo um serviço de excelência que proporciona comodidade, conforto, destacando-se, como um fator de proximidade à população. Estão criados 8 espaços, prevendo-se a instalação de mais 3 até ao final do mês de julho.

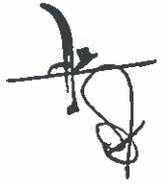
Nestes últimos 4 anos foram concretizados vários projetos que proporcionaram visibilidade e projetaram Castelo Branco no futuro, designadamente, o projeto Natural do Barrocal, nascido da recuperação de uma zona degradada, vencedor de um prémio internacional de arquitetura, projeto que devolveu o espaço aos Albicastrenses e que para além de ser um projeto educativo, é também um projeto ambiental, de lazer, económico e turístico, um exemplo singular da harmonização entre a preservação da biodiversidade existente nas cidades e o seu usufruto por parte da população.

O Kartódromo, uma estrutura integrada no Parque de Desportos Motorizados ao serviço do desporto automóvel, mas também do turismo, da promoção e desenvolvimento de Castelo Branco.

A reabilitação da Quinta do Moinho Velho, no Bairro do Cansado, com o objetivo de dar apoio às pessoas residentes nos bairros envolventes, e a criação de projetos na área social.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO



As hortas sociais da Quinta do Chinco, uma antiga exploração agrícola requalificada, passou a abarcar um projeto que contempla dinâmicas no âmbito do desenvolvimento social, da agricultura familiar e da sensibilização ambiental, estimulando a integração e a convivência social entre diferentes gerações, com idades, aptidões físicas e heranças culturais variadas, e onde se fomenta o espírito comunitário e a entreatajuda.

A requalificação da zona da Cruz do Montalvão com a criação de um parque urbano, com vários espaços verdes, circuitos pedonais e uma ciclovia, contribuindo para uma maior sustentabilidade ambiental.

O atual Executivo fez avultados investimentos na área educativa, designadamente, requalificação e reabilitação de várias Escolas Básicas na cidade e nas freguesias.

A autarquia investiu, ainda na contratação de pessoal não docente, reforçando, assim, o mapa de pessoal com a contratação de novos postos de trabalho para a carreira de assistente operacional, proporcionando desta forma um melhor acompanhamento dos alunos, contribuindo de forma mais próxima e mais eficaz para a qualidade da educação no nosso concelho.

Em parceria com o Ministério da Educação, fez avultados investimentos de requalificação nas Escolas Amato Lusitano e Nuno Álvares e ainda na requalificação da Rua Conselheiro Albuquerque (em minha opinião muito bem conseguida).

A nossa Autarquia mostra-se atenta às necessidades da comunidade escolar no sentido de proporcionar mais bem-estar e melhor qualidade educativa, sendo visível a sua preocupação com a educação e condições de ensino, mantendo um bom entendimento e estreita colaboração com os Agrupamentos de Escolas para garantir o sucesso dos nossos alunos, melhorando as condições de toda a comunidade escolar.

Na área da saúde, o executivo requalificou as urgências do hospital Amato Lusitano e do Centro de Saúde S. Tiago, em parceria com o Ministério da Saúde, contribuindo assim para uma melhor comodidade dos utentes e uma triagem mais assertiva e célere.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

No atual contexto de particular vulnerabilidade que atravessamos, o Executivo soube em tempo útil dar resposta à pandemia, esteve e está atendo às necessidades, procurando estar sempre na linha da frente. Desde o início estabeleceu medidas excecionais de resposta à pandemia, investindo nas áreas essenciais como a saúde, economia, social e educação, com o objetivo de procurar mitigar os efeitos da mesma, junto da população em geral e principalmente junto daqueles que mais sentiram/sentem os efeitos negativos provocados pela COVID19.

Através da reestruturação das atividades de promoção económica, houve uma mudança de conceito da Feira dos Sabores de Perdição, do Natal Branco e das atividades da Passagem de Ano – noite mágica 360, atividades que têm encantado a população albicastrense e atraído inúmeras pessoas à nossa cidade dinamizando o comércio local.

Apostou-se na criação da Marca Bordar e Receber, marca da qual nos orgulhamos pela sua singularidade e imagem de referência da nossa cultura e tradições, valorização da identidade albicastrense.

Castelo Branco, tem hoje, uma agenda cultural bastante diversificada, com a realização de vários espetáculos e atividades que abarcam toda a população, desde a realização de festivais, por ex: festival 7 Sóis Sete Luas, Verão Acontece, lançamento de várias exposições sobre várias temáticas, apoio de lançamento de livros.

A Fábrica da Criatividade, a Fábrica do Jovem Empreendedor, espaços dedicados ao empreendedorismo ligado às artes e ofícios que têm contribuído para a fixação de jovens no nosso concelho.

A Inovcluster, o Centro Tecnológico Agroalimentar-CATAA, a Incubadora Industrial, são todos eles equipamentos que permitem a concretização de uma estratégia assente nas pessoas e nos seus anseios.

Ainda, na área do empreendedorismo, o Centro de Empresas Inovadoras, CEI, atualmente com cerca de 170 postos de trabalho qualificado, contribuiu decisivamente para posicionar Castelo Branco, como um concelho forte e diferenciador na área tecnológica.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Trata-se de uma aposta do Município no empreendedorismo, estimulando a criação de indústrias inovadoras e tecnológicas na região com o objetivo de contribuir para o aumento da competitividade dos sistemas produtivos local e regional e para a afirmação da Região Centro de Portugal ao nível nacional e internacional.

O Executivo teve uma visão de futuro, soube concretizar projetos e o facto de ter uma estratégia bem planeada para o Município, fez com que fosse distinguido com vários prémios, o último deles como Região Empreendedora Europeia (EER) 2021-22, pelo Comité das Regiões Europeu (CR).

Este prémio é entregue a regiões que demonstrem uma visão empresarial de excelência, um plano de crescimento inteligente, assente em estratégias mais inovadoras, mais promissoras, mais credíveis e mais orientadas para o futuro.

Prova de que o executivo nos últimos anos tem tomado as decisões acertadas, contribuindo para o posicionamento nacional e internacional de Castelo Branco. Uma estratégia que tem permitido captar e fixar mais investimento, mais empresas e mais talento para a nossa cidade.

Prova de que o executivo tem trabalhado sempre em prol das pessoas, tornando Castelo Branco uma cidade cada vez mais atrativa para se viver, investir, trabalhar, educar, estudar e visitar, com um elevado padrão de qualidade de vida, sustentabilidade, inclusão social e coesão local, e um modelo competitivo e internacionalizado de desenvolvimento económico.

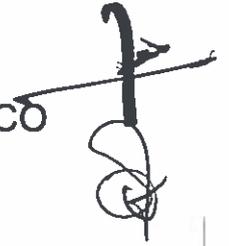
Parabéns ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Coronel José Alves, e ao Executivo que lidera, pelo trabalho que tem sido desenvolvido nos últimos anos, fruto de uma estratégia de requalificação, reabilitação, conservação e valorização das nossas raízes e do nosso património, ao mesmo tempo que promove um ecossistema inovador.

Carina Sofia Filipe Caetano (CDU) - Hoje gostaria que fizéssemos uma reflexão à **qualidade de vida** em Castelo Branco, o que tem sido feito e o que podemos e devemos fazer para a melhorar.

Bem sabemos que quando falamos em qualidade de vida temos obrigatoriamente de falar dos principais fatores que a influenciam, como a saúde, o trabalho e o meio ambiente.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO



Castelo Branco tem verdadeiramente sabido promover a qualidade de vida na sua população e nas suas freguesias?

O conceito de qualidade de vida é muito abrangente, compreende não só a saúde física como o estado psicológico. Está diretamente associada ao bem-estar pessoal, à capacidade socio-económico, ao estado emocional, à interação social, à atividade intelectual, ao estado de saúde, aos valores culturais, éticos e religiosos, ao estilo de vida, à satisfação com o emprego, às atividades diárias e ao ambiente em que se vive.

O trabalho e os tempos livres têm um impacto muito forte na qualidade de vida das pessoas.

Infelizmente o tempo de que disponho é escasso e muito limitado e não me é possível explorar os vários e importantes fatores associados à qualidade de vida em Castelo Branco, por isso, hoje, **façamos uma breve reflexão ao tipo de emprego e ao meio ambiente.**

Como é o emprego em Castelo Branco?

Maioritariamente precário, sobretudo em Contact Centers, emprego instável, com baixos salários, promotor de stress crónico e burnout, ansiedade e depressão para além de tantos outros problemas psicológicos e emocionais.

Quando refletimos no meio ambiente, temos de pensar nos espaços verdes, no lixo e na poluição. E neste ponto temos obrigatoriamente de chamar a atenção para o **aterro de resíduos sanitários** que segundo o que se consta têm sido cada vez mais perigosos e mais prejudiciais à nossa saúde.

O aterro de Castelo Branco tem sido apontado como altamente perigoso e direta ou indiretamente responsável por grande parte dos problemas de saúde que surgem nos albicastrenses.

À rumores que de noite circulam frequentemente carros com lixos perigosos, na variante que vai dar a Malpica e vêm sabe-se lá de onde.

E não se tratam só de rumores pois já sabemos que na inspeção de 5 de março de 2018 foram detectadas infrações nomeadamente resíduos industriais perigosos, contendo amianto e, que se registaram contraordenações ambientais.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Não queremos que Castelo Branco seja a Arica do Chile que entre 1984 e 1985 levou com o lixo tóxico sueco e estima-se que 12 mil pessoas foram afetadas pelos resíduos e muitas perderam a vida. Entre os efeitos colaterais relatados estão o cancro, dores nas articulações, dificuldades respiratórias, alergias, anemia, aborto espontâneo e defeitos congênitos.

Este é um assunto sério que muito nos deve preocupar a todos que aqui vivemos e aqui temos a nossa família.

Assim, lanço um desafio ao Executivo: promover uma visita guiada ao aterro, já que todos os nossos últimos pedidos, a nível do partido, têm sido recusados. Em simultâneo, fazer nos chegar um relatório da sua atividade.

Termino com este desafio que espero que tenha sido apontado pelo Senhor Presidente e gostaria sinceramente que todos refletissemos com preocupação sobre este assunto e sobre a qualidade de vida numa forma mais abrangente no concelho de Castelo Branco.

Francisco de Assis Palhinha de Oliveira Martins (CDS) - Na minha última intervenção nesta Assembleia, perguntei ao Senhor Presidente, para quando o fim das obras na rua DADRÁ, e hoje não deixarei de referir que finalmente acabaram tendo, em meu entender, ficado muito bem toda a Alameda Conselheiro Albuquerque.

Na mesma altura perguntei pela criação do tão desejado Gabinete Florestal, tendo o Sr. Presidente referido que o mesmo já estaria em constituição, e que já tinha sido lançado um concurso público para admissão de um ou uma Eng.º ou Eng.ª para ocupar o lugar. Como não mais ouvi ou vi qualquer notícia sobre o assunto gostaria de saber em que pé se encontra este processo?

Por fim gostaria ainda de referir que, atendendo ao que é visível na cidade de Castelo Branco, grande será o combate pelo poder autárquico entre o candidato Luís Correia, agora intitulado de independente, e o candidato Leopoldo Rodrigues, combate este que começa pelos outdoors, já instalados.

Mas este será um problema para o PS resolver, e apenas o refiro por sentir que acabou a opinião única na bancada da maioria, *ou será apenas um sentimento que me assalta?*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Pode ser que agora, ou num futuro muito próximo, a atual oposição possa ver umas propostas aprovadas para bem dos Albicastrenses.

Mais uma vez cá estaremos, agora em coligação, e aguardamos que os Albicastrenses não temam a mudança, pois a hora é chegada, para bem de quantos amam esta cidade.

Por fim, gostaria de deixar um forte abraço à Dr.ª Maria José que cessa funções como Administradora dos Serviços Municipalizados de Castelo Branco, desejando-lhe as maiores felicidades na sua vida, *agora sem política*.

Eliseu Matos Pereira (PSD) – A pandemia Covid-19 continua ativa e com desenvolvimentos ainda imprevisíveis na sua duração e consequências tanto no que respeita aos impactos negativos ao cidadão individualmente, como em toda a sociedade.

Muito já foi feito na tentativa de minimizar os danos causados, mas ainda não se pode arrefecer neste combate, no que respeita à promoção de medidas de combate e prevenção e sobre este assunto questionamos o Executivo sobre o ponto de situação do processo de aquisição e de distribuição de máscaras anunciado nesta Assembleia pelo Senhor Presidente da Câmara há já vários meses, bem como o apoio ao tecido empresarial, ao comércio tradicional do nosso concelho. Note-se que desde o início de 2020, muitos dos homens e mulheres do nosso concelho que tentam resistir na continuidade dos seus pequenos negócios se veem severamente condicionados da sua atividade.

O PSD insiste em trazer este tema à Assembleia Municipal, pois considera ser necessário continuar a forçar as medidas de apoio às empresas e comércio local no nosso concelho, sob pena de se enfraquecer a atividade económica do mesmo e a consequente perda de inúmeros postos de trabalho como alertam aliás, estudos realizados por entidades independentes. Importa assim, saber como estão os programas de apoios ao Covid-19 às empresas e comércio tradicional.

Fazemos notar que continuamos a ter conhecimento que muitos comerciantes e ofícios não conhecem como aceder a estas medidas de apoio, nomeadamente, os que estão instalados nas freguesias rurais do nosso concelho. Torna-se necessário aumentar a sua divulgação, contacto para que ninguém fique para trás.

Voltamos ainda a questionar o Executivo sobre quais as medidas de apoio que preveem instalar no futuro, face à sua necessidade evidente.

Bem haja.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

José Dias Santos Pires (PS) – No passado fim de semana, tive o prazer de receber um amigo que já não vinha a Castelo Branco há vinte e seis anos. Esforcei-me por lhe mostrar o mais que pude, a terra onde nasceu e cresceu e da qual partiu para outras paragens.

Visitamos os velhos bairros, as novas urbanizações, os espaços museológicos e culturais, as novas e velhas avenidas, a zona histórica, os velhos jardins e os novos espaços verdes, a zona de lazer, o parque industrial e boa parte das nossas freguesias, cujas atuais acessibilidades o espantaram.

Antes de partir, prometendo que voltará, resumiu-me numa simples frase o que lhe ia na alma “esta cidade e este concelho não têm nada a ver com a grande aldeia de onde parti e as pequenas e abandonadas aldeias que a rodeavam”. Para melhor ou pior? Perguntei. Para muito melhor, respondeu com um sorriso. O que isto mudou, completou. Fiquei feliz, por mim que sinto o mesmo pelos albicastrenses que como eu tiveram o privilégio de assistir a tantas boas mudanças e, principalmente, por aqueles que nestas últimas décadas as conseguiram promover.

Naturalmente, que nem tudo o que se fez, foi imaculado e perfeito, mas as falhas que as houve e haverá sempre, são incomensuravelmente menores que os acertos.

Aproximamo-nos de uma nova legislatura autárquica que tem pela frente os novos e os muito difíceis desafios que a pandemia acrescenta, aos desafios que todos os futuros nos apresentam e o presente não completou.

Castelo Branco correspondeu de forma muito positiva aos recentes problemas que inesperadamente tivemos que enfrentar e fê-lo porque é um concelho infraestruturado, equipado e preparado devido a uma visão estratégica que se projeta a partir do final do século passado e que fruto do trabalho de um coletivo liderado por um partido socialista ao qual muito me orgulho de pertencer, pode deixar as marcas que pensaram, desenharam e executaram tudo o que nos permite olhar para a frente, com confiança, segurança e sustentabilidade.

Aproximamo-nos de uma nova legislatura autárquica que nos exige a todos os que exercem o poder, a oposição, o fim de feiras das vaidades pessoais, dos interesses particulares, sempre relativos e mesquinhos e a promoção dos melhores valores e princípios que devem pautar a nossa ação, mesmo que pretenda perspetivas diferente. Há muito por fazer, apesar de tanto que já se fez, há sempre muito por fazer. Há recursos para se poder fazer o que for necessário? Sim,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

há, e ao PS se devem. Há ideias, projetos e propostas para considerarem e aprofundarem o que já temos a inovar e a inovar criando novas oportunidades, estou certo que sim, pois naquilo que o PS que concerne, tenho a certeza que sim.

Espero e desejo que todos transportemos a nova legislatura autárquica que se aproxima, valores comunitários e compromissos coletivos exorcizando de forma definitiva os individualismos exacerbados e falaciosos. Como sempre o PS cá estará na linha da frente preparado para continuar a dar seguimento à sua visão estratégica para o Concelho de Castelo Branco e a assegurar a todos nós um futuro tranquilo, tal como este presente e o passado o foram e o é.

Severino Miguel da Conceição Vaz (Presidente da União de Freguesias de Cebolais de Cima e Retaxo) – O atual Executivo da Câmara Municipal de Castelo Branco tem implementado uma forte estratégia de desenvolvimento no nosso concelho. Desenvolvimento integrado, assente numa forte vertente de coesão territorial, em que as freguesias assumem um papel importante determinante.

E esta realidade é constatada em várias vertentes:

Com ações de requalificação urbana, com intervenção em todas as freguesias, dotando-as de infraestruturas e equipamentos que garantem qualidade de vida às suas populações. São inúmeros os exemplos, num sinal claro de relevância e de respeito por todos os habitantes do concelho.

Um grande exemplo do que acabo de referir é que depois de sermos alertados para a necessidade de obras estruturais no edifício do Posto Médico de Cebolais de Cima, dirigi-me ao Senhor Presidente da Câmara para que o Município nos pudesse ajudar a resolver este problema junta da ULS. Logo nesse momento o Senhor Presidente ligou ao Presidente da ULS para verem a melhor maneira de resolver o problema e ao mesmo tempo, prontificando-se a estar uma vez mais do lado da resolução dos problemas.

Passado muito pouco tempo, a Câmara Municipal disponibiliza toda a verba necessária para que as extensões de Saúde de Cebolais de Cima e de Alcains tenham a requalificação desejada pelos utentes e por nós autarcas destas freguesias.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Este é mais um exemplo de um projeto que não seria possível se a Câmara Municipal de Castelo Branco não estivesse empenhada, como sempre, no desenvolvimento das freguesias e do nosso concelho.

Devido a estes investimentos materiais e imateriais, hoje sentimos todos, as nossas freguesias mais dinâmicas, com comunidades mais fortes, em que as pessoas se identificam mais com os seus e com a sua terra. Sem dúvida, uma aposta que importa continuar no futuro.

Bem-haja.

José Alberto Moreira Duarte (PSD) – Foi aqui dito há pouco que provavelmente será a penúltima Sessão ordinária desta Assembleia e quem sabe até a última atendendo que poderá acontecer em plena campanha eleitoral, por isso, resolvi fazer aqui um pequeno balanço sobre a nossa atividade e, particularmente, da minha atividade aqui.

A democracia funcionou, cada um de nós exprimiu as suas ideias, disse aquilo que pensava, fez as suas propostas e funcionou tal qual como assim manda. A minha maneira de estar na política também foi diferente, cada um teve a sua, inclusive, houve aqui alguém que teve a ilusão de dar lições de política aos outros que cá estavam e que nem sempre foram bem acatadas e por mim falo porque não estava à espera de ouvir aqui lições de política porque sempre estive na vida pública, numa forma séria e, é dessa forma que a vejo e que assim a assumo. E por isso, as medidas que muitas vezes propusemos, foram medidas sérias que nem sempre foram acatadas porque a maioria fez questão de as rejeitar. Estranhamente, hoje, essas medidas aparecem anunciadas como ideias base na próxima campanha eleitoral que aí vem e que desde já muito promete porque nunca tivemos tantos candidatos a esta Câmara como estamos neste momento a assistir e é nesse campo que desde já também cumprimento os meus colegas líderes de bancada, o Dr. Leopoldo Rodrigues e o Senhor José Ribeiro, candidatos já anunciados e para os quais desejo que tudo corra da melhor forma exatamente neste espírito democrático.

Termino, desejando que continuemos sempre nesta forma e levarmos a bom porto este processo democrático, exatamente, à Assembleia Municipal de Castelo Branco.

Leopoldo Martins Rodrigues (Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Branco) – Permitam-me que comece, antes da minha intervenção, felicitar a Senhora Vereadora Maria José



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Batista pelo trabalho que realizou ao serviço da Autarquia ao longo dos últimos 16 anos. Exerceu e exerce as funções de Vereadora da Câmara Municipal, foi responsável pelos Serviços Municipalizados de Castelo Branco e como já aqui foi muito bem dito, pelo menos por dois Presidentes de Junta de Freguesia, sempre esteve disponível para ouvir as necessidades das nossas populações, dar resposta às solicitações dos Senhores Presidentes de Junta e dessa forma contribuir para a melhoria das condições de vida dessas populações. Destaco o enorme trabalho que fez enquanto Administradora dos Serviços Municipalizados, do seu trabalho no sentido de reduzir as perdas de água, importante porque a água é tratada, perde-se e é despesa pública e, por outro lado, é importante também porque contribui para a melhoria e para sustentabilidade ambiental.

Muitos parabéns Senhora Vereadora, Maria José Batista, pelo trabalho que realizou, desejamos-lhe as maiores felicidades, sejam elas políticas, sejam elas pessoais.

Depois queria referir aqui, relativamente às intervenções que foram aqui feitas pela bancada do PS, fica expresso de forma muito vincada o enorme trabalho feito pelo PS ao longo dos últimos 24 anos. Um trabalho que teve início com Joaquim Morão que partiu de uma situação difícil, teve necessidade de reforçar os cofres do município com as devidas verbas e que depois transforma este concelho naquilo que todos conhecemos com a dinâmica que hoje é evidente para todos.

Referimos muitas vezes os eleitos, o seu trabalho e a sua responsabilidade, costumo dizer que só está na política quem quer e que ninguém tem que nos agradecer por aquilo que fazemos em prol das nossas populações enquanto autarcas, fazemo-lo porque nos propusemos a servir as populações e fazemo-lo, obviamente, porque enquanto eleitos, temos essa obrigação.

Queria também dizer que muitas vezes nos esquecemos daqueles que todos os dias trabalham para que as coisas sejam possíveis e não podia deixar de o fazer nesta Assembleia ao olhar para a imensa obra que tem sido feita ao longo dos vinte e quatro anos, o contributo que os funcionários da autarquia de Castelo Branco têm dado para que essa obra seja possível. Um conjunto de homens e mulheres que trabalham de forma abnegada, que trabalham com competência e que trabalham, obviamente, para que este desenvolvimento que constatamos, que observamos e que vivemos, possa ser possível.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Em meu nome e em nome da bancada do PS, bem hajam, a todos aqueles que trabalham na Câmara Municipal e nos Serviços Municipalizados, que também eles à sua maneira e com a sua responsabilidade contribuíram para este trabalho.

Queria ainda referir um outro aspeto que é um aspeto que nos deve preocupar a todos.

Hoje, vivemos em Castelo Branco, como em muitas outras regiões do nosso país, existe um problema grave de demografia que é um problema de difícil resolução. É um problema para o qual temos aqui apresentado ao longo dos anos várias propostas e que é um problema que deve merecer a nossa reflexão e, sobretudo, um debate profundo entre todos aqueles que se propõem a dirigir os destinos deste concelho e os destinos desta região. Infelizmente, hoje, temos muitas ofertas de trabalho que não podem ser ajustadas, ou seja, para o quais não temos resposta. Temos empresas que neste momento vivem uma situação muito complicada por não terem pessoas para trabalhar dentro daquilo que são as suas necessidades e isso pode colocar em causa o futuro dessas empresas e, sobretudo, em causa o futuro do nosso concelho e das nossas gentes.

Precisamos urgentemente de refletir acerca daquilo que podemos fazer para inverter, é um trabalho e uma tarefa que cabe aos políticos, é um trabalho que cabe aos políticos dirigir, mas para o qual, tem que contar com o apoio da população, dos empresários e também tem que contar necessariamente com o apoio do Estado Central porque vivemos numa região do interior que merece estratégias e, sobretudo, medidas que sejam diferenciadoras e que nos ajudem a ultrapassar esta dificuldade populacional, ou esta dificuldade populacional ou demográfica.

Relativamente, àquilo que é a atividade das freguesias, foram no último ano assinados os autos de transferência de competências, acredito que podemos ir bastante mais longe. Não sou daqueles que se conforma com o facto de os Presidentes de Junta de Freguesia terem que andar a mendigar às vezes junto da Câmara Municipal para que as obras sejam feitas. Foi aqui referido várias vezes a minha condição de candidato, um dia destes em conversa com uma pessoa dizia-lhe que entendia que a Câmara Municipal devia transferir mais verbas para as Juntas de Freguesia e essa pessoa diz-me que se for eleito Presidente e fizer isso perde poder. Não se trata de poder ou ganhar poder, trata-se de criar condições aos Presidentes de Junta que no momento certo e sem precisar de andar a pedir para que se resolvam pequenos problemas, o possam fazer em benefício das suas populações. Isto não é uma questão de poder, ou não é uma questão de concentração de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

poder, é uma questão de dar ferramentas para que as populações possam ser servidas e possam ser servidas da melhor forma.

Agradeço ao Deputado José Alberto a referência que fez e o desejo de boa campanha, efetivamente, estamos já num período pré-eleitoral e muito brevemente num período eleitoral e aquilo que nos bateremos no PS é para que esta campanha, seja uma campanha de ideias, de projetos e uma campanha que venha mostrar àqueles que vão votar que Castelo Branco tem quem apresente as propostas e que Castelo Branco tem quem se preocupe com o seu futuro e com o seu desenvolvimento. É isto que entendemos, é por isto que lutamos e é por isto que aqui estamos.

José Manuel Pires Ribeiro (BE) – Se me permitem uma saudação especial à Dra. Maria José Batista que apesar das nossas naturais divergências políticas, sempre me dispensou a máxima consideração e eu relevo isso.

De acordo com o contrato interadministrativo de delegação de competências n.º 629/2015, assinado entre o Governo e a autarquia, esta assumiu a direção e gestão do Museu de Francisco Tavares Proença Júnior.

A cláusula 7ª refere: O Município designa o Diretor do Museu para efeitos do artigo 44.º da Lei n.º 47/2004, de 19 de agosto

Pela cláusula 10ª, até ao final do primeiro ano de vigência do Contrato seria elaborado ou atualizado pelo Município o Documento de Política Museológica Municipal, com referência, designadamente, à articulação entre o Museu e os demais museus existentes no concelho, e ao conjunto de metas de desempenho e nos primeiros seis meses de vigência do Contrato seria atualizado o Regulamento Interno do Museu.

Ainda neste contrato, constatámos que o quadro de pessoal era composto por 11 elementos e só incluía 1 Técnico Superior que, entretanto, foi transferido para outra estrutura municipal.

A cláusula 19ª refere que as Partes obrigam -se a constituir e manter em funcionamento uma Comissão de Acompanhamento, ao longo do período de vigência do Contrato, com a seguinte composição: Três representantes/elementos designados pelo SEC, incluindo necessariamente a DRCC e a DGPC; Um representante do membro do Governo responsável pelas autarquias locais; Três representantes do Município, sendo um deles o Diretor do Museu, reunindo no final de cada semestre.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Face a esta disposições, somos confrontados com a clara ilegalidade de o Museu continuar sem direção, situação que mais uma vez foi referida na jornada de reflexão promovida pela Sociedade de Amigos do Museu, com o apoio da autarquia e ICOM Portugal e que contou com a presença do Presidente do ICOM Europa, Dr. Luís Raposo e da Diretora Regional de Cultura do Centro, Suzana Meneses.

Esta responsável terá referido a urgência de dotar as unidades museológicas de equipas técnicas qualificadas e comprometidas com a lei quadro dos museus. O Presidente do ICOM Europa – Conselho Internacional dos Museus declarou á imprensa que “constitui uma anomalia inadmissível, um verdadeiro escândalo sem qualquer paralelo noutro local do país.

Entretanto, a imprensa da região, informa que o presidente da autarquia terá declarado “ser irrelevante a ausência de direção técnica do museu” e que “o museu é acompanhado por um técnico especializado do município”.

A pergunta que se coloca perante esta bizzarria é se vamos continuar, por mais tempo, com o incumprimento do contrato assinado com o governo e também sem o planeamento estratégico indicado naquele documento, que inclui entre outros, o Plano Anual de Atividades.

Álvaro Manuel Reis Batista (PSD) – O PSD sempre defendeu aqui nesta Assembleia e penso que no país e isso é inquestionável uma postura absolutamente transparente, clara e séria na política. E nessa senda queria fazer aqui algumas questões.

Porque é que os jovens continuam a ir embora do nosso concelho?

Porque é que a população do nosso concelho continua a envelhecer?

Porque é que há cada vez mais casas devolutas sobretudo nas freguesias?

Porque é que o IC31 e o IC6 continuam por construir depois de tantas vezes prometidos?

Porque é que continuam as portagens na A23?

Porque é que aumentam as assimetrias entre o litoral e o interior?

O PS está na liderança da Câmara de Castelo Branco há 24 anos consecutivamente. Quais são as culpas que o PS tem pelos problemas que continuam por resolver no nosso concelho?

Destes 24 anos, o PS esteve no Poder Nacional, em Lisboa, dois terços. Quais são as responsabilidades que o PS tem pela resolução que tarda dos problemas no interior?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO



A primeira coisa que é preciso fazer para resolver um problema é reconhecê-lo. E o que assistimos aqui, é ver o PS falar de coisinhas pequeninas para não falar dos problemas sérios, para não assumir problemas sérios com que todos nós, cidadãos de Castelo Branco, porque a maioria vive no concelho, sentimos. São problemas que sentimos e que as pessoas lá fora sentem. É importante que de uma vez por todas, deixemos este discurso pequenino, das coisinhas pequeninas e tenhamos a coragem de falar dos grandes problemas e de assumir definitivamente o caminho da sua resolução.

Senhor Presidente da Câmara, Senhores Deputados do PS, Castelo Branco tem uma grande área florestal, todos sabemos. E, hoje, quatro anos depois de Pedrogão, ouvimos na Comunicação Social anunciar que Pedrogão pode acontecer novamente em várias partes do país. E há peritos também que dizem que as nossas populações, muitos cidadãos de Castelo Branco e do concelho de Castelo Branco tem que se habituar a começar a regar as cortinas, os sofás e a tapar as trinchas das portas e das janelas, como se os fogos florestais fossem uma inevitabilidade.

Quatro anos depois de Pedrogão, quatro anos depois de afetos, promessas, de anúncios, de alterações legislativas para fazer de conta, há apenas uma única coisa feita, foi o programa “Aldeia Segura” porque o resto continua tudo por fazer.

A Câmara Municipal tem muitas responsabilidades nesta questão. É a autoridade máxima de Proteção Civil do nosso Concelho. A Câmara Municipal do PS que influenciou moveu? É uma pergunta que aqui deixo junto do PS Nacional que vai na segunda legislatura consecutiva para resolver definitivamente os problemas dos fogos no nosso concelho e no interior. Fez alguma coisa Senhor Presidente? Senhores Deputados Municipais do PS fizeram alguma coisa?

Aparentemente, não. É importante que a política tenha uma dimensão diferente. É importante que na política estejamos para resolver os problemas e não é admissível no meu ponto de vista e de qualquer pessoa que passados quatro anos de Pedrogão, sejamos confrontados com tudo no essencial na mesma.

As bermas das estradas municipais estão limpas Senhor Presidente da Câmara? Não estão todas.

As bermas das estradas nacionais estão limpas? Senhor Presidente e Senhores Vereadores, não estão.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Tem havido preocupações de fiscalização de forma atenta às imediações das aldeias todas, dos lugares todos, no sentido, de evitar que os fogos florestais possam voltar a acontecer de uma forma dramática no nosso concelho? E a resposta é, Senhor Presidente da Câmara, não estão.

Perante os outros problemas sérios que têm afetado o nosso concelho, o que é que o PS tem feito relativamente às promessas que repetiu, volto a dizer, todas as campanhas eleitorais de fazer o IC31 e o IC6, duas infraestruturas essenciais à nossa região.

Parte do país têm autoestradas ao lado uma das outras, a nós faltam-nos vias essenciais que continuam por fazer e aparentemente vão continuar.

Quero deixar aqui apenas uma nota.

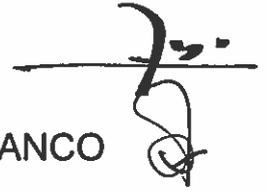
Há muito tempo que o PSD aqui tem vindo a apresentar propostas e a defender que era importante aumentar a capacidade financeira das freguesias. O PS sempre nos disse que não.

Fico contente por ver agora o candidato do PS e saúdo-o por isso, aceitar uma ideia que foi do PSD, as ideias não têm dono, devem ser assumidas por todos quando são boas ideias.

Presidente da Câmara Municipal – Hoje poderá ser a última Assembleia Municipal com o cariz ordinária, portanto, poderá ainda haver uma sessão extraordinária para aprovação das Contas Consolidadas.

Como sabem, acerca de um ano, onze meses, assumi as funções de Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco, precisamente no dia 27/06/2020. É uma assunção de funções que quero dizer-vos que foi um prolongamento de todo o trabalho que tem sido desenvolvido e delineado para este mandato de 2017/2021, foi sufragado nas urnas e teve a maioria dos votos e por isso tivemos o desempenho e a dedicação total para com o município e para com as pessoas.

Eu diria que tem sido um mandato com muito trabalho, como foram todos os mandatos, mas nos tempos que correm foi muito mais esforçado por todos. Tivemos situações que não estávamos à espera, por exemplo, a situação da pandemia, penso que era uma situação que nem os mais pessimistas previam no horizonte no final de 2019, mas também os mais pessimistas também não previam que fosse tanto tempo e isso fez com que os governos, quer sejam eles dos Estados Centrais, quer sejam da parte do Poder Autárquico, do Poder Local tiveram que se desdobrar em incentivos, criando formas de apoiar as suas populações, as suas gentes e, obviamente, com os recursos que não são ilimitados.



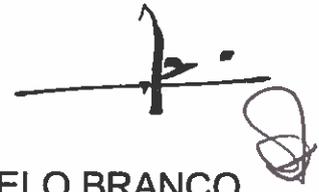
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Quero-vos dizer também que foi necessário, introduzir aqui algumas medidas que eventualmente nunca nos passaria pela cabeça e houve também a necessidade de aguçar o engenho. E quero-vos dizer que desde o dia treze de maio de 2020, esse trabalho foi contínuo. E contínuo porque ao longo da minha vida tenho gerido equipas, tenho constituído equipas e estou orgulhoso do trabalho feito. E porque a equipa não é uma pessoa, é um conjunto de pessoas e quando há pouco ouvi os vários Senhores Deputados que intervieram, dizerem a palavra “nós” e isto é feito “connosco”, “convosco”, “com todos”. Isto é uma verdade. O Presidente da Câmara só lidera e às vezes não é tão fácil, mas quero dizer-vos de uma forma afirmativa que não tem sido tão difícil porque a equipa da Câmara Municipal tem sido unida, trabalhosa, empenhada, dedicada em prol de todos os albicastrenses e isso dá algum conforto. Também assumimos a responsabilidade de que muita coisa feita, se calhar, havia outros caminhos em outras coisas, mas os tempos não têm sido fáceis e, obviamente, isso não pode servir de desculpa, mas também nos ensinou diariamente como devemos enfrentar os problemas.

Quero dizer-vos que a Câmara Municipal de Castelo Branco tem uma saúde financeira equilibrada e continua. No entanto, isso também é da gestão rigorosa deste mandato, dos anteriores e de todos. E uma palavra para a utilização desses meios financeiros do Município que são apropriados para a intervenção, para o apoio de todos e tem sido nesse sentido que a Câmara Municipal tem feito o seu trabalho.

Quando o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcains fala aqui nos vários investimentos, aliás como o Senhor Presidente da Junta do Louriçal do Campo e também o Senhor Presidente da União de Freguesias de Cebolais e Retaxo, diria que é o espelho da intervenção nas freguesias que a Câmara Municipal tem feito ao longo deste mandato.

Tem sido um trabalho contínuo, tem sido um trabalho com os Senhores Presidentes de Junta, e isso podia-se estender às 19 freguesias e quero-vos dizer que isto foi feito sempre como disse, em conjunto. Havia os programas eleitorais, fez-se um planeamento, uma organização desses compromissos eleitorais e, obviamente, não poderia deixar de dizer que alguns não foram possíveis fazer, mas a grande maioria foram executados, ou estão a ser executados. E, quero dizer que tem sido preocupação dos Presidentes de Câmara, quer do Dr. Luís Correia que me antecedeu, quer minha e de todos os Executivos, estarem e acompanharem essas concretizações. Não tem sido fácil porque tivemos tempos que, por exemplo as obras tiveram paradas como sabem,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

obviamente, isso deixou marcas e deixou atrasos. Como é obvio não foi falta de financiamentos, antes pelo contrário, a Câmara Municipal de Castelo Branco continua com uma excelente saúde financeira. Quando se fala das intervenções, no que diz respeito às feiras, às feiras temáticas nas freguesias com a divulgação dos nossos produtos endógenos, este grande incremento de atração das pessoas voltarem às suas terras, às suas origens, estarem presentes e acompanharem toda esta evolução, diria que estes Executivos fizeram esse trabalho de uma forma indelével. E isso conseguimos quando aconteceu a pandemia, passamos para a parte online dessa realização, desses eventos e tem sido feita dessa forma porque é a forma que ainda hoje quer queiramos, quer não, é possível fazer face às circunstâncias.

Fala-se aqui nos Polos da Usalbi, da extensão às Freguesias. A possibilidade que as pessoas tiveram de socializar entre elas, muitas tinham ali aquele espaço, aquele tempo em que conviviam, em que estavam presentes. Obviamente, também tivemos de transitar algumas dessas aulas para a parte digital, outras não foi possível, mas falta o calor humano, falta a presença física, falta os afetos, mas a culpa não é da Câmara. Nem todas as culpas são do Presidente da Câmara. Às vezes algumas também quer queiramos, quer não, também temos que refutá-las para a pandemia. Gostaríamos que rapidamente avançássemos. Esta semana na apresentação das intervenções do encerramento da Usalbi, falamos disso, até inclusive, comentei com o Senhor Arnaldo Braz “queremos muito que dia 1 de outubro, reinicie o ano letivo”. Queremos muito, mas a gente não sabe porque rapidamente as coisas alteram e temos a experiência diária disso.

Fizemos ciclovias, fizemos requalificação, reestruturação, fizemos a criação dos espaços de cidadão, é uma mais valia para as populações e tivemos estas iniciativas com o apoio da AMA e quero-vos dizer que fomos um exemplo, nesse sentido.

Vamos continuar a apostar nessa perspetiva de colocar “Espaços do Cidadão” nas freguesias, criamos novas infraestruturas, dinamizamos os espaços culturais com uma agenda cultural invejável, que serve de exemplo no interior do país e muitos municípios do litoral.

Estamos a fazer, o mandato ainda não acabou, ainda faltam três meses.

As intervenções em Alcains foram aqui devidamente elencadas pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia, é amostra disso, aquela afirmação da nova extensão, da requalificação da Extensão de Saúde de Alcains e também Cebolais de Cima e Retaxo e, neste caso, refiro a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

intervenção do Senhor Presidente da União de Freguesias de Cebolais de Cima e Retaxo, Miguel Vaz.

Há uns tempos foi-me transmitido esta dificuldade, quer da área da saúde, que na área dos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia e também do que já vinha do Dr. Luís Correia.

Obviamente, o que foi dito à ULS, “apresentem-nos um projeto consentâneo com as necessidades das populações e também com esta que vivemos da pandemia”. Se esse projeto tiver a marca da ULS, obviamente, que investimos porque é um investimento na Saúde, é um investimento nas pessoas neste território. E foi isto que aconteceu. Foi apresentado um projeto quer para Alcains, quer para os Cebolais e, obviamente, a Câmara Municipal como tinha sido comprometido avançou com a verba para realizar estas duas excelentes obras que eram necessárias e vão ser iniciadas logo que a ULS tenha os instrumentos para realizar a contratação pública que se fará a curto prazo. Neste momento a situação está no lado da ULS. Penso que é um projeto inovador, tem intervenções no âmbito das coberturas, melhoria de portas e janelas, dos acessos de mobilidade, da climatização, medidas de autoproteção do que diz respeito à emergência e, obviamente, Alcains terá mais porque tem mais um piso, vamos ter a possibilidade de criar mais espaços, quer para médicos, quer para enfermeiros e técnicos, portanto, vai ter um elevador de acesso a esse 1º. andar. Portanto, estamos a falar de quase quinhentos mil euros, é um investimento nas pessoas e penso, mais que obrigatório, é uma forma da Câmara Municipal apoiar as populações.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Louriçal do Campo elencou aqui um número de obras na sua freguesia. Dir-lhe-ei que tem sido também um prazer falar consigo e com todos os Presidentes de Junta, mas temos tido aqui alguns desafios das suas obras, como sabe. E esses desafios têm sido agarrados por todos nós de uma forma, diria, às vezes física, em termos de voz, muitas vezes não é fácil, mas as obras estão a desenvolver-se e esperamos que rapidamente as obras estejam concluídas e concretizadas.

Falou aqui numa área que nos diz respeito, diz respeito ao nosso território, a potenciação da Serra da Gardunha e com esta introdução dos BBT, do Parque Radical, das Rotas da Gardunha, da Requalificação da Piscina de S. Fiel, da amostragem que foi feita que aquele tanque era imprescindível para os bombeiros à semelhança das duas captações de água. E respondendo um pouco ao Dr. Álvaro Batista e, não só mas também, ao Senhor Deputado Francisco Oliveira



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Martins que são aquelas duas possibilidades que vamos ter e que estamos a tratar, a Câmara Municipal, os Serviços Municipalizados e as Águas do Centro, à APA – Associação Portuguesa do Ambiente no que diz respeito à captação de águas de duas Barragens quer da Barragem da Marateca, de Santa Águeda, quer da Barragem do Pisco que vai permitir que as viaturas dos bombeiros acedam, era uma necessidade urgentíssima também a colocação de quatro depósitos de quinhentos mil litros que estamos só à espera de alguns materiais e de alguns equipamentos para instalar no nosso concelho esses quatro depósitos.

Obviamente, que o Louriçal do Campo em 2017 foi uma zona que teve incêndios, tal como as Sarzedas, Sto. André das Tojeiras, Alameda, S. Vicente da Beira e como tiveram outras freguesias do nosso concelho. É uma preocupação do Presidente da Câmara, do Executivo, de todos nós e ninguém que eu saiba, da parte do Executivo, pediu para andar a regar as cortinas, nem as janelas, portanto, não sei onde ouviu isso, mas não foi de certeza absoluta da nossa boca.

Agora uma coisa é certa, falou num programa excelente que é “Aldeias Seguras” e quero-lhe dizer, a Câmara Municipal desenvolveu um trabalho para todas as freguesias críticas. Neste momento, têm um plano operacional para todas as aldeias, está feito, existem todos os argumentos e instrumentos para implementar e, evidentemente, cumprir esse Plano Operacional. Aliás, o Plano Operacional da Lisga, o Plano Operacional da Azenha, o Plano Operacional de todas as aldeias tem um nome e foi feito de uma forma individual para cada uma, aliás com a participação e a organização também das Senhoras e dos Senhores Presidentes de Junta.

Quero-vos dizer que só por isto, é que o Incêndio da Lisga e que agora refiro aqui o apoio que a Câmara Municipal, através da Junta de Freguesia tem feito, não foi pior ou fatídico dos 13 e 14 de setembro, caso contrário aquela situação teria sido fatídica e muito mais dramática, mas é sinal que esse programa é excelente e estamos em condições, aliás já nos disponibilizamos para fazer mais alguns treinos desse programa noutras aldeias do nosso concelho.

Voltando ainda à situação de Louriçal do Campo, falou-se também naquelas intervenções que às vezes nos parecem, eu diria, às vezes mesquinhas, de pouca importância, as fontes, os santuários. E quero dizer-vos sem nenhuma carga que somos um estado laico e que isso mexe muito com as populações e as pessoas gostam dessas intervenções porque também nos tempos que correm, não temos que falar só da parte física, também temos que falar da parte psicológica e também da parte espiritual e isso mexe muito com elas, não são só as ruas calcetadas que foram



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

muitas no nosso concelho, mas também estes espaços, estas infraestruturas são essenciais para a sua sobrevivência, para a sua afirmação e também como memória das suas gentes e dos seus antepassados. E nós Câmara Municipal temos que nos esforçar neste sentido e as Juntas de Freguesia estão a esforçar-se nesse sentido com a Câmara Municipal, todos em conjunto, como sempre disse, e hei-de dizer, é sempre muito mais fácil.

A Dr^a. Maria do Carmo falou aqui de umas obras e de todas as concretizações do concelho e quero-lhe dizer, quer no que diz ao respeito à Educação, ao Social, ao Empreendedorismo, à Cultura, a todas estas áreas que tem sido intervenção do Município e, obviamente, sempre com a participação de todos e não podemos esquecer que as Instituições, Associações e Empresas, todos, porque todos são albicastrenses se têm esforçado, no sentido, de melhorar as suas condições de vida.

Quando se fala em qualidade de vida, respondendo também à Senhora Deputada Carina Caetano, a qualidade de vida é importante para todos e cada vez há-de ser mais e preocupamo-nos com o aterro, com os lixos, com a água, com os jardins, com a limpeza, com a higiene, com a salubridade, estamos a preocupar-nos com tudo porque a Câmara Municipal, hoje, tem que ser eclética, tem que abordar todas as áreas e isso é uma verdade.

E quero dizer de uma forma porque foram feitos aqui elogios aos funcionários da autarquia, funcionários dos Serviços Municipalizados, da ALBIGEC também, de todas as empresas, quero dizer que têm sido excedíveis. Quero dizer que excedíveis, quer na sua disponibilidade total, mas também no seu trabalho, da suas competências e que muitos deles têm procurado adquirir mais competências, ganhando não só, no que diz respeito em termos pessoais, mas também em termos profissionais, aumentando a competência da própria Câmara Municipal e isso tenho que dizer de uma forma abnegada para todos, um enorme bem haja para todos porque os tempos também não têm sido fáceis, responderam sempre que foi necessário, estiveram sempre do lado da solução e às vezes não foram devidamente recompensados com palavras, pelo menos com palavras e isso ainda bem que hoje se faz porque já o tenho feito várias vezes e é neste local aqui hoje que deve ser feito e, obviamente, acima de tudo, pelo Presidente da Câmara.

Quando se fala dos prémios das concretizações, a Dr^a. Maria do Carmo referiu aqui várias, MUTEX, o manter das tradições, ir buscar as tradições. As intervenções no que diz respeito a essas grandes concretizações da Câmara. Falou também no Espaço do Cidadão, falou no Barrocal.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

O Barrocal já vai com três prémios e tenho a certeza que não ficamos por aqui e, eventualmente, somos capazes de ter mais algum prémio, vamos ver, prémios ao nível mundial. Deve-nos encher de orgulho depois de tanta polémica, obviamente, como se disse muitas vezes aqui e, hoje, também já se disse, não está tudo perfeito, é um projeto contínuo, só está a primeira parte, os sinais estão feitos e são animadores, com mais de vinte mil visitas é importante referir. É sinal que aquele espaço está ali para nos orgulhar a todos os albicastrenses e ser também mais um motivo de atração de turistas e também para que as pessoas possam visitar aquele espaço e isso vai em linha com aquilo que o Senhor Deputado José Pires disse “a cidade está diferente” e diariamente muda para melhor e isso não quer dizer que esteja tudo feito. É impossível estar tudo feito, é impossível fazer tudo num mandato, se não, não havia eleições autárquicas de 4 em 4 anos.

Estaria tudo feito, era uma parte administrativa, com as plataformas, os documentos, as burocracias, hoje um Presidente de Câmara é uma pessoa administrativa e Senhores Vereadores também passam horas inteiras ao computador. Penso que é uma aprendizagem para o futuro, quer queiramos, quer não, quem está lá mais em cima devia pensar nisso porque gosto muito de estar com as pessoas, gosto muito de estar com as populações e todos gostamos, mas às vezes a burocracia impede-nos de o fazer com tanta assiduidade.

O Kartódromo, todos aqueles espaços motorizados que estão perto do aeródromo e toda aquela área que tem sido um modelo e têm sido potenciais de atração de pessoas.

Área Educativa, ainda há duas semanas tivemos a inauguração das obras de requalificação do Liceu N.º Álvares e também a Comemoração dos 75 anos daquele espaço. Diria que são também momentos de nostalgia para quem frequentou aquela infraestrutura, mas também tem outros momentos, é um espaço que hoje oferecemos. A Câmara Municipal com o seu apoio, a sua intervenção, junto da Direção da Escola, junto do Ministério da Educação, junto dos fundos que foram necessários afetar àquela requalificação, hoje dizemos às pessoas, professores, a comunidade educativa, todos os assistentes técnicos, assistentes operacionais, alunos que estão mais motivados por receberem a informação e adquirirem competências para as suas vidas e isso também nos deve encher de orgulho. Aliás, como aconteceu na escola Amato Lusitano, em muitas escolas do Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva e também nos Agrupamentos de Escolas de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Alcains e S. Vicente da Beira. É um investimento muito grande da Câmara, no futuro, nas novas gerações que também nos deve motivar a desafiar e fazer muito mais.

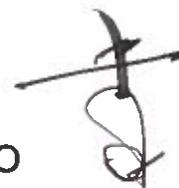
E isto potenciou outros espaços, quando se fala da Rua Conselheiro Albuquerque, foi uma intervenção que nos anima e foram feitas ali introduções, algumas melhorias em termos até da parte da mobilidade. Esta é a marca que temos que fazer, até em outras artérias da cidade estamos a fazê-las.

Fala-se no Moinho Velho, vai ser uma área social potenciada nesse espaço. Fala-se na Cruz de Montalvão, nas Ciclovias.

A Senhora Deputada falou aqui na Marca Bordar e Receber, mas sem referir o Natal Branco, a Noite Mágica 360º, a Feira dos Sabores. Falou no Prémio da Região Empreendedora Europeia, atribuída pelo Comité Europeu das Regiões. Não é motivo de orgulho para o albicastrense comum e para todos nós? Não é uma referência para todos nós? Isto é que nos deve manter, incentivar e desafiar para o futuro, isso é uma verdade.

Criamos o ecossistema empreendedor, o ecossistema inovador e isso é um prémio como se costuma dizer como tivemos aqui nesta sala quando a Europa falou para Castelo Branco, como costume dizer, até ficamos em “pele de galinha”, perdoem-me o termo, porque a gente sente emoção, a gente tem sentimentos e sensibilidade. E está claro, não podemos ser ingratos com o passado e isto também foi referido por muitos de vós, não podemos ser ingratos com o passado porque isto deve-se a pessoas que tiveram e deram o seu contributo e que estão na história e são parte da história desta cidade e deste lugar e deste concelho, Luís Correia, Joaquim Morão, fala-se em todos, não podemos esquecer César Vila Franca, temos que ser honestos. Obviamente, nos últimos anos, o Dr. Luís Correia foi o último Presidente antes de mim e não me cabe a mim agradecer os elogios que me foram dados porque isso não é um registo para o Presidente da Câmara atual, é para todos nós, acima de tudo para o Executivo.

Falou-se aqui no Gabinete Florestal. Senhor Deputado, Francisco Oliveira Martins quero-lhe dizer que gostaria de ter mais uma pessoa no Gabinete Florestal, mas os concursos às vezes não são fáceis, já avançamos já com alguns, outros estão para avançar, um deles com mais assistentes técnicos e assistentes operacionais para a Câmara Municipal e, obviamente, para as Escolas. Refiro aqui, que no último mandato que está quase a acabar, colocamos nos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Agrupamentos de Escolas, 52 assistentes operacionais e isto, não nos fez parar, fez-nos desenvolver mais.

Distribuição de máscaras, as máscaras já estão em Castelo Branco, estamos a ultimar a parte da distribuição, depois de um processo que não foi fácil porque o número é muito grande, vão ser distribuídas nos próximos dias, no concelho de Castelo Branco.

Falou-se aqui nos apoios, só para terem uma ideia, a Câmara Municipal de Castelo Branco, em termos de apoios para todas as áreas, estamos a falar em cerca de cinco virgula cinco milhões.

No que diz respeito às empresas, já foram apoiadas mil empresas e também nas freguesias.

Obviamente, não posso aqui afirmar perentoriamente que o Presidente da Câmara, diz assim, chegou a todas, obviamente por uma razão ou outra poderiam ter ficado algumas de fora. Como sabem, quer no âmbito do comércio local, quer na economia a Câmara Municipal optou por este modelo, apoio à AEBB que com o apoio a todas a Entidades e no caso também, os Senhores Presidentes de Junta, foi desenvolvido essa tarefa de apoiar também o Comércio Local e outras empresas no concelho. Agora quero dizer, nunca estamos satisfeitos com aquilo que temos e temos que nos esforçar como disse há pouco por melhorar todo este apoio.

O Senhor Deputado José Alberto Duarte falou aqui na Democracia. Senhor Deputado, evidentemente, sei que a democracia é importante porque está em cada um de nós, também uma opção de vida e por quem opta por esta vida de político, diria que hoje, cada vez mais, vai ser um desafio, já ando a lidar há muitos anos com a causa pública, em outras áreas e agora ultimamente na parte autárquica.

Quero dizer-vos que a campanha eleitoral, ou campanha pré-eleitoral, como queiram chamar, fico às vezes preocupado com algumas coisas que vejo, mas como se costuma dizer estou atento com as coisas que se prometem, é preciso ter algum cuidado porque há um desconhecimento total da realidade. É preciso termos algum cuidado nisso, só alerta para isso porque como se costuma dizer, quem está e quem passou por estas coisas, sabe que algumas coisas, inclusive não podem ser executadas daquela forma. Eu só digo isto e mais nada.

Em relação a todas estas afirmações do Senhor Deputado José Ribeiro que fala aqui na questão do Museu. Eu disse que era irrelevante, neste momento, porque estávamos a criar, por exemplo, como sabe, o Museu só há pouco tempo tem um técnico superior. Portanto, está a crescer, continua com atividade. A curto prazo ou a médio prazo, se entenderem que deve haver



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

um Diretor, obviamente, acho que sim, agora presentemente está a ser criada uma estrutura porque já temos um técnico superior que não tínhamos, começa a haver uma dimensão de forma a potenciar e, eventualmente, a fazer-se isso. Esse caminho está a ser feito, houve aqui vários avanços e recuos, obviamente que é irrelevante na altura, pode não ser durante três ou quatro meses, a vida é assim. Agora a equipa técnica está a ser fortalecida, como outros espaços da cidade, temos mais museus. Todos eles são importantes para as nossas vivências, tradições e memórias.

O Senhor Deputado Álvaro Batista, falou dos jovens que partem. É uma preocupação de todos. Há pouco o Senhor Presidente de Junta, Dr. Leopoldo também falou um pouco sobre este assunto, falou do emprego. Falou-se aqui também nos Call Centers, aliás a Senhora Deputada Carina Caetano, também.

Quero dizer de uma forma abrangente que a base tecnológica das empresas, por exemplo, temos 160 pessoas no CEI e como sabem é uma Incubadora, cresceu, solidificou-se, saem para outro lado e, obviamente, entram outras empresas, está a acontecer, são bases tecnológicas, essas não são de Call Centers. Portanto, outras empresas estão a ganhar forma, mais corpo. Temos outras empresas que não vale a pena estar aqui a referir para não ferir suscetibilidades, empresas que estão a crescer no nosso concelho quer em termos individuais, quer em termos de projetos empresariais de dimensão mundial e está a acontecer em Castelo Branco. Se me disserem assim, “mas não é divulgado”, sabem que algumas empresas têm alguma relutância de divulgar algumas coisas, por exemplo, aquela iniciativa de “portas abertas” que temos feito, às vezes temos sido confrontados com algumas empresas que dizem “fotografias aqui não” e estão no seu direito. É uma realidade que temos no nosso concelho de empresas dinâmicas que estão a crescer.

Agora falando da demografia. Vocês já pensaram se Câmara Municipal, ao longo destes últimos Executivos não tivesse feito esse trabalho, esse investimento, a procura na atração, o que seria deste território? Se hoje temos menos gente no concelho, poderíamos ter uma situação mais catastrófica como aconteceu em alguns territórios, aconteceu. Esta é uma questão que, se calhar, das várias que me fizeram, deixo também para a vossa meditação nos tempos eventualmente livres para pensarem nisso. Seria bem mais preocupante, disse há pouco, não nos deve pôr a dormir à sombra da bananeira. Não, isso não acontece com o Executivo da Câmara Municipal, nem nunca aconteceu com os outros Executivos que me antecederam.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Fogos rurais, houve uma mudança de termo. Já falei aqui um pouco disso, a nossa mancha florestal é uma preocupação contante de todo o autarca. E quero dizer-vos que também é por via da democracia nesses territórios porque cada vez há menos gente nestes territórios. Cada vez temos mais gente abandonada, temos pessoas mais velhas. Por isso é que a Câmara Municipal está a desenvolver outras sinergias, outras temáticas, os centros de teletrabalho, quer em Castelo Branco, quer em outros concelhos, porque isto também é uma aposta e apostamos também na juventude, das famílias mais jovens que vêm e têm possibilidade de ter meios para estar nesses territórios e é por isso que devemos preservar o nosso concelho, aumentar a capacidade de ter mais gente.

Quando há pouco o Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Louriçal do Campo, falou que muitos casais jovens estrangeiros estão a instalar-se na sua freguesia, quero dizer-vos que em todas as freguesias do concelho está a acontecer isto. É uma realidade. Temos aqui vários Presidentes de Junta que sabem disso. É uma verdade.

Quanto ao aumento da capacidade financeira para as freguesias, atenção que a Câmara Municipal tem feito um investimento nas freguesias colossal, diria com este termo, maior, bom sinal, mas está a ser feito com as freguesias. As necessidades existem, as Junta de Freguesia não têm, ainda hoje vêm à sessão da Assembleia Municipal mais uma série de contratos interadministrativos e vamos fazendo isso quanto às necessidades. Temos que ter os projetos sustentados e finalizados para avançarmos.

Quanto às bermas. Estamos a limpar e este ano fizemos uma coisa diferente, com Comissão Florestal Contra Incêndios e também a Comissão Municipal de Proteção Civil, um protocolo que foi iniciativa, já aconteceu em alguns municípios do nosso país e segundo me parece foram um ou dois, também estamos na fase de ser um referencial nesse aspeto e que estão a intervir precisamente na gestão de combustível no concelho. E também fizemos um aumento da capacidade financeira para as freguesias, precisamente, para cumprirem no que, diz respeito, à gestão de combustíveis nas aldeias e nas suas freguesias.

No que diz respeito à Câmara Municipal, as Associações estão a fazer isso, também fruto de um procedimento que foi feito com empresas, é um modelo diferente do que era o anterior, pode ter aqui alguns ajustes, introduzir aqui alguns mecanismos reguladores que possamos potenciar, está a fazer-se e neste momento, diria também que tem sido um ano ingrato com estas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

mudanças de temperatura, chuva e como se costuma dizer “até a erva se ouve a crescer”, desculpem este termo, mas, é uma verdade, estamos a fazer e penso que são mais uns dias e teremos a parte das bermas todas limpas.

Termino com uma palavra que foi aqui várias vezes referida, diria por todos, com uma palavra de agradecimento, de gratidão em nome do concelho, em nome do Executivo à Senhora Vereadora, Dr^a. Maria José Batista.

A Senhora Vereadora, como sabem, foi a Administradora Delegada dos Serviços Municipalizados, sou o Presidente do Conselho de Administração e, portanto, a Senhora Vereadora assumiu esta função durante 11 anos, diria um período longo, com várias vicissitudes.

Quando a Senhora Vereadora me transmitiu, há uns meses esta ideia de deixar o Executivo face aos seus assuntos pessoais, obviamente, tivemos várias conversas e, portanto, a Senhora Vereadora optou por esta iniciativa de deixar de ser Administradora Delegada dos SMAS, mas mantendo o lugar de Vereadora e que aproveito desde já para agradecer. Estamos quase no final do mandato e quero-lhe dizer que também se deve a ela e toda a sua equipa, todo o trabalho que tem sido feito, o aumento da qualidade de vida, quer através da infraestruturização que foi feita, quer das melhorias do reabastecimento de água do saneamento básico e, obviamente, não podemos esquecer a taxa de perdas de água que é tão baixa que nos posiciona no patamar cimeiro a nível nacional, que nos deixa cheios de orgulho e isso também se deve à Senhora Vereadora Maria José Batista.

Quero desejar-lhe em termos pessoais tudo de bom para si e para a sua família e, obviamente, que agora fica um pouco mais liberta desta carga diária, mas como se costuma dizer continuamo-nos a ver e a falar porque a Senhora Vereadora continua a ser membro deste Executivo.

Quero de uma forma de gratidão porque é um reconhecimento e sou muito nessa linha, o reconhecimento para com aqueles que trabalharam, deram tudo o que tinham em prol de todos nós. E, quero-lhe dizer de uma forma amiga que encaixam na Senhora Vereadora, Maria José Batista.

Um enorme bem haja para si e poderá haver mais reconhecimentos, mas neste caso, pedia ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal uma salva de palmas para a Senhora Vereadora Maria José Batista.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Presidente da Assembleia Municipal – Eu proponha, de facto, que estas palavras que acabou de proferir, refletissem aquilo que esta Assembleia Municipal pensa, relativamente à Dr^a. Maria José Batista.

Uma salva de palmas porque a Dr^a. Maria José Batista, merece.

José Manuel Pires Ribeiro (BE) – Senhor Presidente da Câmara permita-me que caracterize a sua resposta porque esta Assembleia tem direito a essa resposta evasiva. A pergunta concreta, sei que poderá ser considerada difícil, vamos manter o incumprimento do contrato, ou não?

Presidente da Câmara – Quero-vos dizer que perguntas difíceis era quando estávamos em frente a um teste e não sabia bem a resposta à pergunta. Essas perguntas não são difíceis, neste momento ainda não estão criadas as condições para fazer face a estas situações para termos já um Diretor.

Obviamente, o que disse e não é evasivo, é que futuramente, penso que estamos a tentar criar as condições para que isso seja possível. Durante estes três meses ainda não houve condições para ter um Diretor de Museu. Eventualmente, no futuro, penso que sim.

Pergunta concreta, resposta concreta e esta não foi difícil.

Presidente da Assembleia Municipal – Temos aqui um Voto de Repúdio do BE que o Senhor José Ribeiro, vai passar a ler:

Voto de Repúdio

“DA CRIAÇÃO DE ZONAS LIVRES DE CIDADÃOS LGBTIQ NA POLÓNIA e HUNGRIA

Considerando que:

- a) Desde 2019, vários municípios e regiões da Polónia declaram-se livres do que chamam “ideologia LGBTIQ” e adotaram as chamadas “cartas regionais dos direitos da família”;
- b) Em 2020, também a cidade húngara de Nagykáta adotou uma resolução banindo a “disseminação e promoção de propaganda LGBTIQ”;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

- c) Estas ações tiveram como consequência direta o aumento de atos de violência dirigida contra pessoas LGBTIQ ou contra pessoas que sejam consideradas como sendo LGBTIQ, segundo estudo conduzido pela Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia (FRA), o qual também denuncia o medo generalizado da população em frequentar determinados locais, pelo risco de aí sofrerem agressões, assédio, hostilidade ou ameaças de várias ordens, e também denuncia uma descrença total nos esforços do governo polaco no combate à discriminação e à violência;
- d) A cidade de Castelo Branco, como cidade irmã da localidade polaca Pulawy que lamentavelmente se declarou “zona livre de pessoas LGBT”, deve ser solidária e deve apoiar a comunidade LGBT+ da Polónia que está a ser atacada por causa desta grave discriminação;
- e) No dia 11 de março de 2021 o Parlamento Europeu aprovou uma resolução, proclamando a União Europeia como uma zona de liberdade para pessoas LGBTIQ, a qual nunca poderia deixar de o ser, pois a mesma funda-se nos valores do respeito pela dignidade humana, da liberdade, da democracia, da igualdade, do Estado de Direito e do respeito pelos direitos humanos;
- f) A Constituição da República Portuguesa refere no princípio da igualdade, artigo 13.º que *“Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei. Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual.”*
- g) Na época em que vivemos, de recrudescimento da extrema-direita por toda a Europa e dos atos de violência que sempre a acompanharam, o silêncio por parte das instituições nacionais é intolerável para com este tipo de manifestações.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Assim, a Assembleia Municipal de Castelo Branco, reunida a 30 de junho de 2021, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do artigo 3.º, n.º 3 da Lei I-A/2020, de 19 de Março, delibera:

- Repudiar a ação do Governo Polaco e de outros países que continuam a permitir a criação das chamadas “zonas livres de ideologia LGBTIQ”, que não são mais do que zonas em que os direitos e a dignidade dos/as cidadãos/ãs não são integralmente respeitados, em claro desrespeito pela Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia e da Declaração Universal dos Direitos Humanos;

- Promover este município como uma Zona de Liberdade LGBTIQI, através de políticas públicas promotoras de direitos e da sua valorização como um espaço de proteção contra as violações dos direitos LGBTIQI.”

José Manuel Pires Ribeiro (BE) - Fundamentando este voto de repúdio, como sabem refiro aqui que somos a cidade geminada com Polawi, o homólogo da autarquia decidiu declarar a cidade de zona livre de homossexuais. Nós combatemos naturalmente as desigualdades e os princípios homofóbicos, por isso propomos à nossa autarquia que, por um lado, este repúdio, por outro lado, promova políticas em que a Comunidade LGBTIQI que também existe em Castelo Branco, embora seja uma questão que para muitos está invisível, devia promover essa integração.

Depois também referir que foi enviado uma carta por dezasseis países europeus liderados pela Bélgica há muito pouco tempo, que Portugal vai assinar, mas só depois do dia um de julho, porque alegou motivos de neutralidade pelo facto de estar na liderança europeia até hoje. Acaba hoje a liderança de Portugal, daí que António Costa já tenha referido que Portugal vai hoje assinar essa carta e não podemos tolerar dado estes afloramentos da extrema direita, na Europa e, provavelmente, em outras zonas do planeta que esta situação se mantenha e possa ser estimulada.

Presidente da Câmara Municipal – Na sequência da última Assembleia Municipal, onde a Câmara Municipal de Castelo Branco, ficou e comprometeu-se a fazer essa comunicação quer precisamente para essa cidade Polaca, quer também para a comunicação social e quero ler-vos, portanto, o que foi feito em termos de Câmara Municipal e assinado pelo Presidente da Câmara:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

“A Câmara Municipal de Castelo Branco não se revê na posição pública assumida pela cidade Polaca de Polawi, enquanto zona livre, pessoas LGBT, nem em qualquer atitude que não respeite os Direitos Humanos e reafirma a defesa das liberdades individuais...”

O Presidente da autarquia albicastrense recorda que a carta da intenção assinada entre o Município e a cidade Polaca de Polawi tem data de 2002 e tem-se traduzido maioritariamente na cooperação e promoção económica.

A Câmara Municipal de Castelo Branco está atenta e encontra-se a analisar a situação perante o compromisso que foi assumido em 2002.”

Portanto era isso, para vos dar uma panorâmica daquilo que foi feito.

Nós comprometemo-nos a fazer e fizemos, portanto, foi precisamente para o Presidente da autarquia de Polawi e, obviamente, para os Órgãos de Comunicação Social.

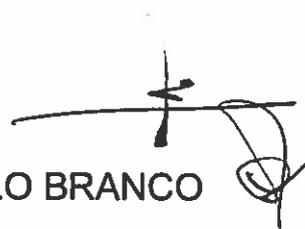
Paula Carreiro (PS) – O Grupo do PS, atendendo que se trata dos Direitos, Liberdades e Garantias está totalmente de acordo com esta moção e vai votar favoravelmente.

Vamos propor somente uma alteração, no sentido, que não nos queríamos imiscuir na questão da posição nacional, considerar-se que se trata só de uma tomada de posição, uma moção de repúdio a nível da Assembleia Municipal, a nível concelhio, portanto, só nessa ótica. Não mencionar a questão da falta ainda de um posicionamento do Governo Central. Era só uma alteração do texto, retirar a referência à questão nacional.

Presidente da Assembleia Municipal – A proposta é esta e não tem aqui nada que seja necessário alterar.

Francisco de Assis Palhinha de Oliveira Martins (CDS/PP) – Concordamos e vamos votar favoravelmente, esta moção, apenas referindo que efetivamente devem ser tratados como todos.

Penso que todos têm lugar na sociedade, devem ser tratados igualmente na sociedade. Não vejo necessidade nenhuma de estar a colocar que Castelo Branco tem que promover ações para integração dos LGBT. Já os aceitamos, naturalmente, sem problemas nenhuns, porque é que agora



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

há de haver a necessidade “agora vamos fazer uma lei especial porque temos que aceitar os LGBT”. As pessoas são livres de praticar na sociedade aquilo que muito bem entenderem, agora há coisas que não gostaria nada de ver legislado porque aí depois é que poderá haver alguma discriminação.

Por isso a minha declaração de voto, estou de acordo, vamos votar, favoravelmente, agora não vejo necessidade nenhuma de no fim ser posta mais essa condição porque é uma condição que vai em determinados sítios ressarcir de determinadas posições que já são assumidas, naturalmente, que aceitamos e com o qual convivemos.

Miguel Gregório Barroso (PSD) – Entendemos no PSD que não há espaço para neutralidade no combate à discriminação e à homofobia. Trata-se de respeito pelos Direitos Humanos, de respeito pelo outro e, portanto, não podemos ter outra postura se não a aprovação favorável deste Voto de Repúdio.

Carina Sofia Filipe Caetano (CDU) – Quero dizer que vamos optar pela abstenção. Em primeiro lugar, como é óbvio, defendemos as liberdades individuais e todas as liberdades no geral. No entanto, fiquei com algumas dúvidas em relação à questão da legislação e às questões europeias que ainda não tivemos oportunidade de discutir dentro do partido e por esse motivo vamos optar pela abstenção.

Presidente da Assembleia Municipal – Só gostaria que ficasse esclarecida esta questão que levantou o Senhor Deputado Francisco Oliveira Martins que penso que foi no último parágrafo em que diz: “Promover este município como uma Zona de Liberdade LGBTQI, através de políticas públicas promotoras de direitos e da sua valorização como um espaço de proteção contra as violações dos direitos LGBTQI.”

Senhor José Ribeiro o senhor é que é o promotor deste Voto de Repúdio.

José Manuel Pires Ribeiro (BE) – Respondeu à questão da bancada.

Presidente da Assembleia Municipal – Mas isso é feito em diversos fóruns, em diversas instituições, portanto, também não me parece que seja importante este último parágrafo. O



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

fundamental é repudiar a ação do Governo Polaco e outros países. Neste primeiro parágrafo penso que está o sumo da questão.

Portanto, vamos votar a redação do Senhor Deputado, José Ribeiro e que vou passar a ler:

“Assim, a Assembleia Municipal de Castelo Branco, reunida a 30 de junho de 2021, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do artigo 3.º, n.º 3 da Lei I-A/2020, de 19 de Março, delibera:

- Repudiar a ação do Governo Polaco e de outros países que continuam a permitir a criação das chamadas “zonas livres de ideologia LGBTIQ”, que não são mais do que zonas em que os direitos e a dignidade dos/as cidadãos/ãs não são integralmente respeitados, em claro desrespeito pela Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia e da Declaração Universal dos Direitos Humanos;

- Promover este município como uma Zona de Liberdade LGBTQI, através de políticas públicas promotoras de direitos e da sua valorização como um espaço de proteção contra as violações dos direitos LGBTQI.”

Vamos passar à votação do Voto de Repúdio.

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar com 2 abstenções, 1 do CDS/PP e 1 CDU e 38 votos a favor, aprovar o referido voto de repúdio.

Presidente da Assembleia Municipal – Antes de passar ao Período da Ordem do Dia, queria referir uma questão que também foi aqui abordada. Possivelmente, esta poderá ser a última Sessão de Assembleia Municipal, mas também poderá não ser porque ainda não sabemos a data das próximas eleições. Existem duas datas que estão em cima da mesa, uma a 26 de setembro e a outra 10 de outubro. Se for a 10 de outubro, não vejo razão para que não se faça a Assembleia Municipal, se for a 26 de setembro, poderá haver aqui alguma colisão de datas e de processos em andamento. Portanto, se for em outubro não vejo razão para que não haja uma sessão de Assembleia Municipal conforme está no calendário.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

José Alberto Moreira Duarte (PSD) – Quando me referi que esta seria a última Sessão de Assembleia Municipal, ordinária, não era com intenção de virmos aqui discutir a data das eleições, nem pouco mais ou menos. A única diferença, é que normalmente tem que ser dentro do trimestre e apontando para o fim do trimestre, tudo apontava que pudesse acontecer aí.

II - PERIODO DA ORDEM DO DIA

Ponto 1 - Aprovação das atas n.ºs. 3 e 4, referentes às sessões de 25 de abril de 2021 e 30 de abril de 2021.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar as atas n.ºs. 3 e 4, referentes às sessões de 25 de abril de 2021 e 30 de abril de 2021.

Ponto 2 - Apreciar uma informação do Presidente da Câmara sobre a atividade municipal e situação financeira do Município.

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 30/06/2021

Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal

(alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e artigo 35.º do RAMCB)

- a) e b) **Atividades desenvolvidas pelas associações, fundações e outras entidades de cariz não empresarial, bem como nas empresas municipais ou outras entidades em que o Município detenha alguma participação no capital social ou equiparado, e os resultados disponíveis de natureza económica financeira: têm-se pautado pela normalidade, nada havendo a registar. Os relatórios de atividades e contas têm vindo a ser oportunamente remetidos, nos termos da lei, aos órgãos municipais.**
- c) **Situação financeira em 17/06/2021:**
- i) **Saldo de Operações Orçamentais – € 38.117.125,57**
 - ii) **Saldo de Operações Não Orçamentais – € 6.619,76**
 - iii) **Valor em dívida em 17/06/2021 – € 454.795,00**
 - iv) **Outros:**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

- **CMCB** – Ver anexo I.
- **SMCB** – Ver anexo II.
- d) **Reclamações:** Nada a assinalar.
- e) **Recursos hierárquicos** – Nada a assinalar.
- f) **Processos judiciais em curso/fase processual atual** – Ver anexo III.

Presidente da Câmara – Foi distribuída a informação, neste momento está na vossa posse, não tenho nada a referir. Estou aberto para alguma questão.

Francisco de Assis Palhinha Oliveira Martins (CDS/PP) – Na apresentação deste ponto, apenas gostaria de fazer uma pergunta que é esta: defesa de pessoas e bens, faixas de gestão de combustíveis de 2021. Temos aqui um valor de €172.635,00. Não estou a dizer se é muito, ou pouco, o único problema aqui é que não está quantificado.

Quantos quilómetros foram feitos nessas faixas?

Outra coisa é, quem controla e aprova a execução destes trabalhos?

Uma vez que não temos Gabinete Florestal na Câmara Municipal, quem é que está a controlar isto?

É que já vi uma quantidade de casos que é a GNR que tira fotografias e depois vai multar.

Quer dizer a GNR lança as coisas, vai a correr, verificar se as coisas estão bem ou mal, tecnicamente ponho muitas dúvidas no trabalho que possa ser feito e depois ainda por cima vai apresentar as coimas. Acho que não está nada bem. Se houvesse um Gabinete Florestal na Câmara, havia toda a possibilidade de conferir se esses trabalhos foram feitos como devia ser como tecnicamente era ajustável, poder-se-ia pagar, ajustar e defender estas contas todas que aqui estão.

Outra coisa que gostava de dizer e já agora que estamos metidos dentro deste meio, era o seguinte, é que vocês reparem numa coisa, a gestão de combustíveis que é feita nas bordas das estradas, apenas são caminhos de fuga. Não são prevenção absolutamente nenhuma contra os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

incêndios. Os incêndios continuam a deflagrar enquanto não houver prevenção florestal. Porque é que não se chama fogo florestal? Passou-se a chamar fogo rural? Para defender as populações?

Então, mas, dou vida às populações e mato-as aos pouquinhos? Deixo arder tudo o que elas têm, os seus locais de sobrevivência e depois digo-lhes “ótimo correu muito bem, não morreu ninguém”. Já os matamos todos. Antes de o ser já o era. Isto é que me está a fazer muita confusão.

Álvaro Manuel Reis Batista (PSD) – Este relatório sobre a atividade municipal está regulamentada pela lei como já várias vezes aqui referi.

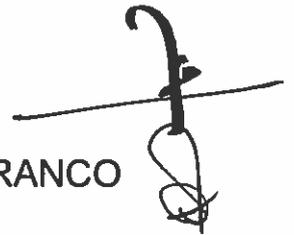
De acordo com a lei, a Câmara Municipal está obrigada a dar informação à Assembleia Municipal, cito: “atividades desenvolvidas pelas Associações e Fundações e outras entidades de caris não empresarial, bem como, nas empresas municipais ou outras entidades em que o Município detenha alguma participação no capital social, ou equiparado e os resultados disponíveis de natureza económico-financeira”. Fim de citação.

A resposta da Câmara, cito, informação que a Câmara nos deu, “tem-se pautado pela normalidade, nada havendo a registar. Os relatórios de atividades e contas têm vindo a ser oportunamente remetidos, nos termos da lei, aos órgãos municipais”. Fim de citação.

Senhor Presidente, passado tantos anos de Governo Socialista no último ano de mandato, na última Assembleia Municipal, em princípio, ordinária, a Câmara Municipal persiste em não cumprir a lei.

É importante deixar aqui nota que estes órgãos municipais que receberão a informação não incluem a Assembleia Municipal.

Esta informação é importante Senhor Presidente, a Albigeç, dizem-nos as contas que recebeu de transferências do Município, duzentos e cinquenta e oito mil e duzentos e noventa quatro euros. O CATAA recebeu de transferência do Município, duzentos e oitenta e oito mil, quatrocentos e noventa e cinco euros. Há a atividade cultural, existem outras atividades, mas no município, este dinheiro poderia servir ou não para essas atividades. No entanto, quando vemos a listagem das adjudicações da Câmara, encontramos aqui várias “elas” que aparentemente coincidem com o objeto de algumas Associações que a Câmara Municipal faz parte. Por exemplo,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

o desenvolvimento de portfólio e fotografias e realização de workshops no Parque do Barrocal, o Projeto “Bate Fado”, Execução de Murais, na Fábrica da Criatividade; CyberCentro; Centros de Empresas Inovadoras e Incubadora Industrial, o Festival Bem-Hajam. Podia aqui citar outras adjudicações, mas, sinceramente, acho que não vale a pena.

O que fica para o futuro é que a Câmara Municipal, das duas uma, ou é negligente, ou terá alguma coisa por esclarecer, quer esconder porque não há justificação nenhuma para no século XXI, depois de tantos anos de Governo Socialista na autarquia, na última Assembleia Municipal do último mandato, persistirem em não cumprir a lei.

Presidente da Câmara Municipal - Em relação às dúvidas do Senhor Deputado, Francisco Oliveira Martins, quero-lhe dizer aquilo que disse, é aquilo que tenho afirmado na mesma linha na Comissão da Defesa das Florestas Contra Incêndios do que o Senhor faz parte e faz e muito bem. Eu diria que não é bem assim, a GNR que faz. A aplicação dos Contratos dos Procedimentos Concursais da Câmara Municipal, cada contrato tem um gestor de contrato e que não é o Gabinete Técnico Florestal, é alguém da área e que faz a gestão do contrato, o acompanhamento desse contrato. Isso esta a ser feito, no âmbito do próprio contrato que o vincula ao cumprimento do contrato e é perante o relatório final que é pago, como em qualquer contrato da Câmara Municipal e não é só nestes concursos de defesa de pessoas e bens. Em relação àquilo que diz, é uma verdade. Por vezes chegam-nos, como sabe, a história do “está feito ou está bem feito”, são coisas diferentes.

Concordo perfeitamente consigo, alguém dizia que tanto custa fazer bem feito como mal feito, mas aqui às vezes não acontece.

Em relação ao Dr. Álvaro Batista, esses aspetos que apresenta, sempre foram assim.

Quanto à ALBIGEC e o CATAA, essas transferências são fruto de uma coisa que se chama de Contratos-Programa. Mais, esses Contratos-Programa são visados pelo Tribunal de Contas e é desta forma que a Câmara Municipal tem cumprido até ao longo dos anos. Aliás, o próprio Tribunal de Contas visa, não há mais nada a dizer, ou então pomos em causa o Tribunal de Contas. Eu não vou por em causa o Tribunal de Contas. Às vezes não concordo com algumas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

coisas, como todos nós, nem sempre concordamos, mas o que é certo e como se costuma dizer “está visado pelo Tribunal de Contas e ponto final”.

A informação que a Câmara Municipal fornece aos Senhores Deputados tem sido mais ou menos de acordo com aquilo que tem sido normal, mas, neste momento, e neste palco está aqui para prestar qualquer esclarecimento. Sobre a legalidade e a ilegalidade, é assim, o Senhor já é deputado há não sei quantos anos, esta tem sido a forma de o fazer. Penso que está correta.

Podemos ter aqui um desvio na nossa opinião, obviamente, é por isso é que a política é gira, é desafiante, nem todos pensamos da mesma forma porque também não andamos todos vestidos de igual e ainda bem “Graças a Deus”.

Eu acho que está correta e nesta última ou penúltima sessão, não iremos mudar a forma de o fazer.

Ponto 3 - Discussão e votação da proposta de “Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território do Município de Castelo Branco (REOT)”. (Proposta nº. 15/2021)

Presidente da Câmara Municipal – Este é um Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território do Município de Castelo Branco que foi divulgado e foi presente à reunião do Executivo que teve a aprovação, por unanimidade.

Miguel Gregório Barroso (PSD) – Esta proposta de Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território do Município de Castelo Branco contará com o voto a favor do PSD. Pese embora, seja um documento obrigatório, é a primeira vez que a Câmara Municipal o apresenta. Quando avançamos para a sua leitura apercebemo-nos porque é que tardou em chegar. Este documento deixa evidentes fragilidades no eixo do Ordenamento do Território em Castelo Branco.

Permitam-me que leia algumas passagens do relatório para que não fiquem apenas com as minhas palavras. Logo a abrir o Relatório e a propósito do Plano Diretor Municipal de Castelo Branco de primeira geração, com 26 anos de eficácia, diz que o PDM de Castelo Branco encontra-se obsoleto, desadequado perante os desafios resultantes das novas dinâmicas económicas, sociais, demográficas e territoriais de escala local e supralocal que influencia o estado do ordenamento do território e desenvolvimento do Concelho.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Mais abaixo, diz que “o PDM de Castelo Branco, sofre assim de fragilidades, matérias e documentais... as quais não lhe conferem robustez suficiente para responder às dinâmicas e exigências territoriais...”

Mais à frente, diz também que dos procedimentos de dinâmica prosseguidos no PDM de Castelo Branco, observaram-se alterações significativas em relação à versão original. Contudo esses procedimentos não implicaram a Revisão do PDM, mantendo-se assim, globalmente obsoleto e ineficaz”. Creio que são dois adjetivos que devemos reter.

Diz também, já nas conclusões deste Relatório e a propósito das vantagens da Revisão do PDM e cito também, “A revisão do PDM em vigor, desatualizado e desadequado face às exigências e desafios impostos pelo desenvolvimento e crescimento económico do concelho e pelo novo quadro jurídico no âmbito do ordenamento território, permitirá traçar novos caminhos e novas oportunidades para o futuro de Castelo Branco, tornando o concelho mais competitivo e próspero economicamente, afirmando-o enquanto destino aprazível de se viver, trabalhar, estudar e visitar e enquanto concelho anfitrião do Centro...”

Meus Senhores, este relatório permite-nos concluir que as deficiências existentes, sobretudo, no PDM, tem feito com que Castelo Branco perca oportunidades, perca competitividade e prosperidade económica.

Trata-se de uma lacuna continuada e de uma falha grave porque não estamos a falar de fragilidades e medidas conjunturais, mas sim, de uma inoperância em relação a medidas estruturais importantíssimas na construção da estratégia de desenvolvimento do nosso concelho.

O voto do PSD é favorável porque entendemos que este relatório nos permite perceber quais são as nossas fragilidades e como as podemos corrigir. Mas é também um voto que simboliza um cartão vermelho a este Executivo e aos que têm estado em funções nos últimos anos que se desleixaram, se perderam na política do dia a dia, no show-off mediático e que se esqueceram de salvaguardar instrumentos como o PGU e o PDM, tão importantes para enquadrar estratégias no futuro de Castelo Branco.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Senhor Presidente da Câmara, creio que temos por isso o direito de conhecer qual é a sua posição em relação aos problemas que são sinalizados no relatório, sobretudo, tendo em conta a firmeza dos adjetivos que são descritos e que citei.

E também lhe quero perguntar quando é que podemos contar com uma atualização de fundo, quer do PGU, creio que já está em andamento, quer do PDM?

Presidente da Câmara Municipal – Quero pedir ao Eng. Luís Resende uma vez que acompanhou todo este processo para esclarecer os Senhores Deputados.

Luís Alfredo Cardoso Resende (Departamento Técnico Operacional) – Portanto, aquilo que o Senhor Deputado Miguel Barroso expos, está expresso, é claro, não temos dúvidas que estamos desatualizados, mas tudo fizemos para o fazer.

Também reconhecemos que a capacidade do legislador é imensa e que continuamente altera as regras. Como tal, fizeram-se já vários estudos, fizeram-se contratações que caíram por terra porque não conseguiram ir avante porque havia alterações legislativas contínuas, nas servidões, nas exigências documentais, etc.

É, portanto, um processo extremamente demorado e que está em curso. Tivemos que fazer Contratação Pública para nova cartografia, que agora é obrigatório, antes não, pois não havia limites relativos à data da elaboração. Há aqui um conjunto de situações, fizemos um concurso público que teve que ser anulado porque houve um pormenor que não estaria muito bem, mas de qualquer forma, o processo está em andamento, está em fase adiantada e, portanto, penso que já será para o próximo Executivo, a decidir dentro, de talvez um ano, data a que prevemos ter esse documento.

Relativamente, às questões de prejuízo, etc, o que é que a Câmara foi fazendo ao longo dos tempos? Foi fazendo alterações. Alterações que eram possíveis porque legalmente lhe era permitido. E fizeram isso de forma a permitir que determinado tipo de obras, ou de realizações, ou de empreendimentos se concretizassem. Eu lembro um dos mais importantes, por exemplo, aquele que permitiu que nos espaços rurais se instalassem indústrias, desde que a Assembleia Municipal confirmasse haver interesse público. Hoje, temos aqui mais um desses casos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Portanto, foram feitas as alterações dentro das dinâmicas possíveis.

De resto o que está aqui a ser apresentado são os chamados estudos de caracterização e de diagnóstico da situação. Existem sempre coisas para fazer, como disse o Senhor Presidente. É uma coisa que também reconheço.

Este relatório foi a inquérito público, teve participações de quatro munícipes, mas que são claramente do âmbito do PDM e não deste relatório. Este relatório é uma análise, um diagnóstico, uma caracterização. Portanto, é perfeitamente normal que aponte como qualquer relatório público deste tipo, relatório chamado (SWAOT), identificador das forças e as fraquezas. Temos sempre algumas fraquezas, mas também temos algumas forças. Também elenca aqui as forças que temos, nomeadamente o Parque Natural do Tejo Internacional e da Gardunha, temos várias situações elencadas que representa forças para o desenvolvimento do concelho.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território do Município de Castelo Branco (REOT).

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 2.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Declaração de voto do PSD

A Assembleia Municipal de Castelo Branco, reunida a 30 de junho de 2021, discutiu e votou a proposta de “Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território do Município de Castelo Branco (REOT)”, de acordo com o ponto 3 da Ordem de Trabalhos.

Os Deputados eleitos pelo Partido Social Democrata votaram a favor.

O voto favorável enquadra-se nos seguintes fundamentos:

1. O Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território do Município de Castelo Branco é de apresentação obrigatória e de evidente utilidade, tendo em consideração



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

que descreve fragilidades no eixo do Ordenamento do Território em Castelo Branco, permitindo-nos perceber quais os eixos de ação mais adequados;

2. Não obstante, o documento evidencia as deficiências existentes em instrumentos como o PGU e o PDM, que resultam de uma ação ineficaz e continuada da Câmara Municipal de Castelo Branco, com consequente perda de oportunidades, de competitividade e de prosperidade económica no concelho; atuação que o PSD reprova e da qual se desvincula.

Ponto 4 - Discussão e votação da proposta de “Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo no Município de Castelo Branco”. (Proposta nº. 16/2021)

Presidente da Câmara – Este é um documento, como sabem, teve vários patamares. Esteve disponível, para comentários, participação para quem se quis disponibilizar para o efeito. Portanto, chegamos a mais uma fase deste regulamento que se for aprovado, será depois publicado no Diário da República.

Francisco de Assis Palhinha Oliveira Martins (CDS/PP) – O CDS/PP sempre defendeu e até propôs um modelo para que se elaborasse este tipo de regulamento.

O nosso voto será favorável, contudo, não deixamos de referir que este documento poderá ser melhorado, principalmente, no que diz respeito a quantificação, avaliação que não se registam em determinadas alíneas e que nos pareceria que poderia vir a enriquecer o documento e, inclusivamente, até haver uma transparência total nesta atribuição destes subsídios.

José Manuel Pires Ribeiro (BE) – O BE já há muito tempo que tinha no fórum do Conselho Municipal da Juventude reclamado, solicitado este regulamento. Tivemos até oportunidade de entregar e outro membro de outra bancada desta Assembleia, ao Senhor Vereador, responsável deste órgão, alguns modelos que poderiam servir para a elaboração deste regulamento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Acontece que todos sabemos as razões que levaram à construção deste regulamento que foi derivado a uma situação com o Tribunal de Contas. Pensávamos que algumas daquelas propostas deveriam ter sido consideradas e não foram e aqui falamos da valoração dos critérios.

Quando se fala no impacto dos apoios pontuais, do impacto supraconcelhio, no entanto, não sabemos porque não há valoração de determinados critérios da dimensão da Associação, das atividades desenvolvidas, ficamos sem saber a importância que é atribuída pela autarquia para poder atribuir o apoio. Se for uma Associação que envolve duzentos jovens terá muito mais impacto que uma Associação que tem vinte jovens. Penso eu.

Daí que não compreendemos, não se ter considerado porque sabemos que muitas autarquias do nosso país têm no seu regulamento a valoração objetiva das atividades desenvolvidas por essas Associações.

Carina Sofia Filipe Caetano (CDU) – Queríamos dizer que apesar de tardio, já há muito que era pedido este regulamento, consideramos positivo e vamos votar, favoravelmente. Lemos e não nos levantou grandes dúvidas, sublinhamos também que os critérios e os valores a atribuir poderiam ser mais explícitos.

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 1 voto contra do BE, 5 abstenções do PSD e 34 votos a favor, aprovar o Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo no Município de Castelo Branco.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 3.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 5 - Discussão e votação da proposta de “Contratos Interadministrativos com as Uniãos e Juntas de Freguesia:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Presidente da Assembleia Municipal – São situações que foram motivo de intervenção, conforme a minha intervenção, uma vez que as Freguesias não têm meios financeiros para fazerem estas obras, pediram apoio através da celebração de Contratos Interadministrativos à Câmara Municipal de Castelo Branco.

5.1. União de Freguesias de Ninho do Açor e Sobral do Campo. Obras de Conservação da Piscina de Ninho do Açor. (Proposta n.º 17/2021)

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Contrato Interadministrativo com a União de Freguesias de Ninho do Açor e Sobral do Campo, para a realização de obras de Conservação da piscina do Ninho do Açor, no valor de 28.942,31€.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 4.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

5.2. Junta de Freguesia de Malpica do Tejo. Instalação do Espaço do Cidadão. (Proposta n.º 18/2021)

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Contrato Interadministrativo com a Junta de Freguesia de Malpica do Tejo para Instalação do Espaço do Cidadão, no valor de 41.278,52€.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 5.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

5.3. Junta de Freguesia de Tinalhas. Instalação do Espaço do Cidadão. (Proposta n.º 19/2021)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Contrato Interadministrativo com a Junta de Freguesia de Tinalhas para Instalação do Espaço do Cidadão, no valor de 4.000,00€.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 6.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 6 - Discussão e votação da proposta de “2ª. Alteração Orçamental Modificativa (Revisão) às Grandes Opções do Plano e Orçamento do ano 2021, da Câmara Municipal de Castelo Branco”. (Proposta n.º 20/2021)

Presidente da Câmara Municipal – Este ponto tem a ver com a retificação para recuperação dos anos seguintes, portanto, é uma Modificação Orçamental e que vem à Assembleia Municipal cumprindo os requisitos que são obrigatórios.

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 6 votos contra, 5 do PSD, 1 do BE e 2 abstenções da CDU e 1 do CDS e 32 votos a favor, aprovar a 2ª. Alteração Orçamental Modificativa (Revisão) às Grandes Opções do Plano e Orçamento do ano 2021, da Câmara Municipal de Castelo Branco.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 7.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

ADITAMENTO À CONVOCATÓRIA

Ponto 7 - Apreciação da proposta de “Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e Respetiva Avaliação, em 31 de dezembro de 2020”:

7.1. Câmara Municipal de Castelo Branco. (Proposta n.º 21/2021)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Presidente da Câmara Municipal – É mais um documento que vem à reunião da Assembleia Municipal, tem a ver com o património, o inventário que é feito e que é uma peça que tem que vir à Assembleia Municipal.

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 5 votos contra do PSD e 35 votos a favor, aprovar o Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e Respetiva Avaliação, em 31 de dezembro de 2020, da Câmara Municipal de Castelo Branco, com o valor patrimonial de 398.917.219,01 euros.

Total de Massas Ativas ----- € 404.072.027,58

Total das Massas Passivas ----- € 5.154.828,57

Valor Patrimonial ----- € 398.917.219,01

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 8.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

7.2. Serviços Municipalizados de Castelo Branco. (Proposta n.º 22/2021)

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 5 votos contra do PSD e 35 votos a favor, aprovar o Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e Respetiva Avaliação, em 31 de dezembro de 2020, dos Serviços Municipalizados de Castelo Branco, com o valor patrimonial de 54.113.362,40 Euros.

Total das Massas Ativas ----- € 108.129.524,95

Total do Passivas ----- € 50.712.721,15

Total Patrimonial Líquido ----- € 54.113.362,40



A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized letter 'J' followed by a horizontal line and a flourish.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 9.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 8 - Apreciação e votação da proposta de “Documentos de Prestação de Contas do Exercício do ano 2020”:

8.1. Câmara Municipal de Castelo Branco. (Proposta n.º 23/2021)

Presidente da Câmara Municipal – Este ponto que tem a ver com os Documentos de Prestação de Contas do Exercício do ano 2020, da Câmara Municipal de Castelo Branco, precisamente do ano anterior. Portanto, mantemos as mesmas dinâmicas de afetar despesas correntes para despesas de capital com o resultado líquido positivo na ordem dos oitenta mil euros, mais precisamente, oitenta mil, seiscientos euros e sessenta e três cêntimos.

Refiro aqui também a passagem do POCAL para o Sistema de Normalização Contabilístico da Administração Pública que é uma alteração e, portanto, é refletida precisamente neste documento.

Quero aqui fazer uma referência importante, referir que é a Certificação Legal de Contas de uma forma desportiva “limpinha”. Portanto, é também a referência que queria aqui deixar.

José Manuel Pires Ribeiro (BE) – Gostaria de dizer em primeiro lugar, a “forma limpinha” como são apresentados os documentos não é questionável, mas aproveito para lamentar, só um dia atrás termos recebido o relatório do Revisor Oficial de Contas.

Em segundo lugar, pedir um esclarecimento ao Senhor Presidente. Quais as razões que levaram a determinadas rúbricas, tivessem um grau de execução, estamos a falar das Grandes Opções do Plano, de um valor inferior a 50%?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Álvaro Manuel Reis Batista (PSD) – Costuma-se dizer que só não erra, quem não faz e às vezes o não ter errado é sinónimo de ter feito nada, ou muito pouco. Sinceramente, parece-me que terá sido esse o caso da Câmara Municipal de Castelo Branco, durante o ano de 2020.

Senhor Presidente, estou a falar no documento que nos forneceram, no documento feito pela Câmara Municipal, em concreto, começo por referir a página 23, onde está espelhada e execução orçamental da despesa, por parte do município. E aqui Senhor Presidente, verificamos que desde 2016, até hoje, a Câmara vem sempre tendo uma pior execução financeira no investimento. Este ano, a Câmara Municipal apenas investiu 56% do que aquilo que se propunha que está aqui por sinal traçado a vermelho, parece que foi de propósito, a Câmara escolheu esta cor para referenciar as despesas de capital.

A despesa de capital é a mais importante, todos sabemos isso porque são os investimentos, são as obras, é tudo aquilo que significaria uma melhoria geral para a qualidade de vida dos cidadãos.

Olhando para o gráfico inferior, Senhor Presidente, vemos no que diz respeito às receitas de capital, a Câmara apenas conseguiu angariar 44% do que aquilo que previa. A Câmara quando apresenta um orçamento, diz às pessoas que tem a intenção de cobrar um determinado valor de receitas e de executar um determinado conjunto de obras e em 2020 falhou de forma clamorosa porque pouco fez mais que o investimento previsto, cobrou menos que metade da receita.

Passando a página, se olharmos para a execução anual global das verbas que foram incluídas nas Grandes Opções do Plano, verificamos que a Execução é de 60% apenas. Mais uma vez, uma falha notória da parte dos serviços da Câmara, mas, em que as funções sociais num ano onde a pandemia e a crise atingiu severamente o país e também o nosso Município, a Câmara apenas conseguiu gastar 54% do que previa nas funções sociais. Portanto, onde o apoio da Câmara devia ter sido mais forte, foi precisamente onde foi mais fraco, porque nas outras conseguiu ter execuções superiores.

Depois, olhando para o detalhe, diz muito, Senhor Presidente e Senhores Deputados Municipais e, concretamente, no detalhe da Execução Anual do Plano Anual de Investimentos vemos que nas funções sociais, saúde, segurança e ação social, no que diz respeito, à construção



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

e conservação dos Centros Sociais e Culturais do Município a execução foi, repare-se, 0%. Estou a falar da página 2 de 6 para quem queira acompanhar-me.

Depois na elaboração de Estudos e Projetos, a preparação do futuro das obras que vão ser executadas no futuro, por acaso não vão ser, a Câmara Municipal gastou 15% do previsto.

Na habitação e serviços coletivos, construção melhoramentos de habitações propriedade do Município a execução foi de 46%. Mas, se olharmos para a aquisição de prédios na zona histórica para requalificação para a habitação social, reparem, execução 0%. Isto é a todos os títulos para o PSD, inadmissível.

Se falarmos na aquisição imobiliária, a Câmara Municipal gastou 38% previsto. Se falarmos na elaboração de Planos de Urbanização de Plano de Pormenor e Estudos e Projetos, falamos de 37%. Continuando nas funções sociais, passando para a página seguinte 3 de 6, encontramos uma sequência quase infundável de execuções a 0%. Todas as rubricas que a seguir vou citar foram executadas no ano passado 0%.

Execução das Ações do Plano Local de Promoção das Acessibilidades, 0%. Requalificação da zona compreendida entre o Mercado Municipal de Alcains e o Largo de Santo António, na Avenida 12 de Novembro, Estrada de S. Domingos em Alcains temos 0%. Beneficiação da Avenida Principal 352, em S. Vicente da Beira, 0%. Limpeza das ribeiras, agora já no capítulo da proteção do meio ambiente e proteção da natureza, 0%. Sistema de bicicletas partilhadas em Castelo Branco, 0%. Portanto, é uma infundável lista de 0%. Elaboração de Estudos e Projetos na rubrica em Funções Sociais, zero por cento, Zona de Lazer de Castelo Branco, 0%, Requalificação 0%, Construção e Beneficiação de Parque de Campismo Municipal, 0%.

Há depois algumas rubricas com execuções muito baixas como, por exemplo, Percursos Pedestres e de BTT, 22%. Aquisição de mobiliário, material e equipamento para instalações culturais 28%. Construção e Conservação de Instalações Desportivas do Município 38%. Mas, o panorama pode-se pensar que foi só as funções sociais que tiveram problemas. Não é verdade. Nas funções económicas, encontramos também muitos zeros porcentos de execução.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Elaboração de Estudos e Projetos, 0%, Construções de Ligações Viárias 0%. Reconstrução, adaptação de ciclovias de média altitude, 0%. E, portanto, temos aqui todo um conjunto de evidências de ineficácia de evidências dos serviços municipais para as quais é devida uma explicação a esta Assembleia, mas, sobretudo, é devida uma explicação aos munícipes lá fora, principalmente, quando estamos num ano de eleições autárquicas.

Como é que um partido que tem esta execução se vai apresentar nas futuras eleições, o que é que vai prometer desta vez aos munícipes para conseguir ter novamente o seu voto.

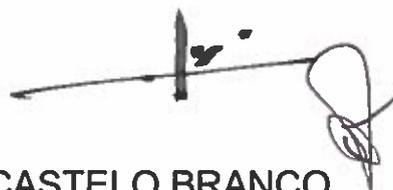
Depois um pedido de esclarecimento, Senhor Presidente, olhando para as transferências, verificamos que para o grupo típico “O Cancioneiro de Castelo Branco” foram feitas três transferências, totalizando vinte e um mil e setenta e cinco euros para comparticipação de despesas com medicamentos. Portanto, em concreto, estou a olhar para o mapa que a Câmara nos forneceu, não tem número de página e, portanto, não posso indicar ao Senhor Presidente o número da página, mas são vinte e um mil e setenta e cinco euros transferidos para um grupo típico, valores relativos a medicamentos.

Senhor Presidente o que é que justificou transferir vinte mil euros para uma associação para pagar medicamentos?

Finalmente, Senhor Presidente, queria pedir explicação e peço-lhe o favor de não voltar a responder-me com o Tribunal de Contas, mas respostas concretas. Em que é que os duzentos e cinquenta e oito mil euros de transferências para a Albigec e os duzentos e oitenta e oito mil euros de transferências para o CATAA se transformaram em coisas, iniciativas, em benefícios diretos para os albicastrenses.

Jorge Manuel Vieira Neves (PS) - A apreciação dos Documentos de Prestação de Contas do Município é um dos assuntos habituais mais importantes, se não mesmo o mais importante, que se discute neste órgão autárquico, numa perspetiva anual.

Os elementos constantes nestes documentos possibilitam a análise de documentos que reflectem pragmaticamente acções concretas e indicadores exatos que permitem avaliar as duas seguintes questões:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Por um lado, a aferição da qualidade da gestão do município, por outro a avaliação dos resultados em concreto a eficiência e eficácia da afetação de recursos face aos objetivos realizados.

Previamente à análise que pretendemos efetuar deixamos aqui duas notas.

A primeira nota diz respeito ao conteúdo dos elementos remetidos que permitem à Assembleia Municipal aferir com toda a objetividade a gestão do Executivo.

Trata-se, portanto, de informação de qualidade que possibilita uma análise, não só anual, mas também a um prazo considerado médio que nos permite comparar indicadores, quinquenais, ou seja até 2016.

Este facto deve ser destacado porque fornece elementos que permitem uma análise crítica efetuada nesta prestação de contas e possa ser avaliada por períodos mais largos ao invés de o serem apenas numa perspetiva isolada e redutora de um ano, que é, erradamente, o período temporal que é geralmente utilizado.

A segunda nota prévia deriva do facto de partirmos do princípio de que a maior parte dos itens constantes do relatório de atividades, se trata de obras físicas que estão à vista de todos e que são perfeitamente conhecidas. Por esta razão, não vou abordar este assunto preferindo concentrar as atenções na Conta de Gerência e em determinados aspetos que não devem passar sem uma referência explícita.

Os ângulos de análise que aqui queremos trazer e partilhar convosco são então os seguintes:

1. **VALORES GLOBAIS SIGNIFICATIVOS DA CONTA DE GERENCIA**
2. **ANÁLISE ORÇAMENTAL DA RECEITA E DA DESPESA**
3. **SITUAÇÃO DE “SUPER AVIT” NA RELAÇÃO ENTRE RECEITAS / DESPESAS CORRENTES.**
4. **ANÁLISE DOS GASTOS COM PESSOAL.**
5. **ENDIVIDAMENTO**

Em 2020 verificou-se no Município de Castelo Branco uma gestão rigorosa que resultou que a diferença entre receitas correntes e despesas correntes permitiram libertar um valor de 13,5 milhões para investimento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Esta é, aliás uma marca PS na gestão desta autarquia, em consequência de uma estratégia, sistemática que vem a ser praticada desde 1998, e na qual os custos de estrutura são controlados para permitir a realização de atividades, que tem resultado em investimentos ímpares no concelho.

A diminuição da despesa corrente foi conseguida através da redução da rubrica de bens e serviços e em consequência indireta da crise pandémica que tem caracterizado os últimos meses da nossa vida e que não podemos esquecer.

No que respeita às despesas de capital o resultado da execução manteve o andamento que vinha a ser praticado nos anos anteriores.

Do lado da despesa regista-se uma diminuição da despesa corrente que atingiu o valor de 22,6 milhões (apesar dos problemas e das necessidades causados pela pandemia COVID 19).

A manutenção do esforço de investimento nas despesas de capital atingiu a cifra de 12,5 milhões, o que representou um aumento face ao ano anterior, correspondente a um patamar acima da realidade da média nacional.

A globalidade da receita, no exercício em análise, atingiu o valor de 39,7 milhões de euros, sensivelmente ao nível do ano de 2019.

Essa receita resulta das transferências correntes (52,49%), dos impostos diretos (26,82%) da venda de bens e serviços correntes (9,20%)

Por sua vez, as receitas correntes no valor de 36,24 milhões de euros são superiores aos valores verificados nos últimos 5 anos.

Quanto às receitas de capital, elas apenas representam 8,83 % do total das receitas; valor que é contrabalançado pelo rácio das despesas de capital que atingem 35,59% do valor total da despesa – facto que demonstra o esforço que tem sido feito para canalizar recursos da receita corrente para investimento de capital.

Na prática as receitas de capital sustentaram em 2020, 27,92% do investimento, o que significa que o restante se conseguiu com o aproveitamento das receitas correntes.

Só estes dados permitiriam desde já concluir, que o enquadramento reflete um ciclo caracterizado por uma atitude sistemática de continuidade de gestão que são, objetivamente, sintoma de uma administração globalmente correta, coerente e com rumo.

Em 2020 as receitas correntes subsidiaram as despesas de capital, num valor a rondar os 13,5 milhões €.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

O Município conseguiu assim transformar este valor em investimento, em obras, em despesa de qualidade, quando ele estava previamente destinado a ser gasto em despesa corrente que não foram consumidos em bens sumptuários, ou em mordomias, mas sim foram destinados a serem investidos em obras ou ações imateriais destinadas aos habitantes do concelho.

Esta é, portanto, uma situação que não é obra do acaso e não é, também uma situação que se deva esquecer, nem menosprezar, nem muito menos desvalorizar.

Resumindo, fazemos questão de **recordar**, de **considerar** e de **valorizar**.

Diria mais: não deve haver no panorama nacional muito casos similares no que à gestão municipal diz respeito. O que se verifica na maior parte das autarquias é exatamente o contrário.

Serem as despesas de capital a subsidiar as despesas correntes.

Há, portanto, nesta gestão uma estratégia de rigor, de racionalidade e de contenção.

Relativamente aos gastos com pessoal, verificou-se um aumento significativo do número de trabalhadores relativamente ao ano anterior, resultante da transferência de competências assumida pela Autarquia na área da educação e ainda face à necessidade de contratação de pessoal nos diversos equipamentos e também, por mera precaução provocada pelas inevitáveis saídas de trabalhadores, em idade de reforma.

As despesas com pessoal tiveram um ligeiro acréscimo de 6,8 %, mas mantendo-se controladas no rácio de 20% do total das despesas correntes, correspondente a uma estrutura de custos com pessoal muito abaixo da média nacional.

Outras das notas a reter destes documentos é a excelente saúde financeira da CMCB que dispõe de capacidade de endividamento junto das instituições bancárias, respeitando a legislação em vigor na matéria em causa.

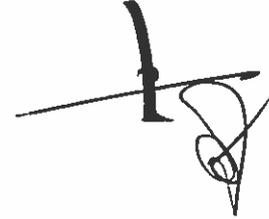
O limite da dívida total para o ano de 2020 atingiu a importância de 48,5 milhões de euros e de acordo com a Lei nº.73/2013, o município pode aumentar em cada exercício o valor correspondente a 20 % da margem disponível no início de cada ano, pelo que para o ano de 2020 corresponde a 8,3 milhões de euros.

Acresce ainda que em 2020, a dívida de médio longo prazo foi reduzida em 491 mil euros.

Em suma, a capacidade legal de endividamento do Município mantém-se assim dentro dos limites de razoabilidade, não constituindo factor impeditivo ao normal desenvolvimento das actividades municipais.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO



- Exmº Sr. Presidente da Assembleia Municipal
- Exmº Sr. Presidente da Câmara
- Srs. Vereadores
- Caros Deputados Municipais
- Comunicação Social
- Minhas Senhoras, meus Senhores:

Pelo que já foi aqui explicitado, tivemos o objetivo de aqui trazer numa análise, que apesar de tudo, limitada pelo tempo, pretendeu ainda assim ser clara e não muito exaustiva, até porque todos os elementos deste Órgão tiveram acesso aos elementos da gestão autárquica do Município albicastrense em 2020.

Perante tudo isto, podemos afirmar convictamente que estes indicadores confirmam uma tendência contínua de uma prática de excelente administração, caracterizada por uma evolução sistemática de manutenção do investimento e contenção das despesas correntes.

Estes indicadores confirmam que temos uma administração tão controlada quanto rigorosa que merece que nos congratulemos e que felicitemos a Câmara Municipal, na pessoa do seu Presidente, mas que, obviamente, achamos justo ser extensiva a felicitação a todos os que contribuíram para este resultado.

Uma última nota para recordar que, no âmbito da Lei, os Municípios são obrigatoriamente auditados por um ROC.

O ROC, na sua auditoria das contas emitiu a necessária Certificação Legal onde consta o seu Parecer que afirma que “em face do exposto, não tendo conhecimento de violação da lei, somos de parecer que a AM aprecie e vote favoravelmente a Prestação de Contas”.

Em conclusão, existem, obviamente, condições para que, politicamente, votemos também favoravelmente este ponto da ordem de trabalhos, com base em todas as considerações aqui produzidas que justificam e atestam a excelente qualidade da gestão do município; que justificam e atestam que é elevada a avaliação dos resultados, em concreto a evidente eficiência e a evidente eficácia da afetação de recursos face aos objetivos realizados.

Carina Sofia Filipe Caetano (CDU) – O Dr. Álvaro Batista foi muito explícito em relação aos números e foi ao encontro e reforçou a análise que também fizemos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

A taxa de execução é baixa e tem vindo a diminuir, portanto, não foi só este ano e não foi só devido à pandemia, tem vindo a diminuir ao longo dos anos, o que nos leva a concluir que o orçamento tem sido inflacionado e irrealista, pelo que não podemos aceitar, nem votar, favoravelmente.

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 8 votos contra, 5 do PSD, 1 do CDS/PP, 1 do BE e 1 da CDU e 32 votos a favor, aprovar os Documentos de Prestação de Contas do Exercício do ano 2020, da Câmara Municipal de Castelo Branco.

Fluxo de Caixa

Total no Início do Período ----- € 35.118.805,58

Total do Saldo para o Ano Seguinte ----- € 39.547.678,76

Balanço

Total Ativo ----- € 429.518.811,58

Total do Património Líquido ----- € 421.617.366,60

Total Passivo ----- € 7.901.444,98

Demonstração de Resultados

Resultado Líquido do Período ----- € 80.600,63

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 10.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

8.2. Serviços Municipalizados de Castelo Branco. (Proposta n.º 24/2021)

Maria José Batista (Administradora dos SMAS) – Hoje falou-se de pandemia, mas também a pandemia influenciou o exercício dos Serviços Municipalizados no ano que temos em referência que é 2020. Quero-vos dizer que a nível de consumidores tivemos um crescimento nos “não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

doméstico” de 5%. E o que é isto dos não domésticos? Esta tipologia de “não domésticos”, é o comércio, serviços e indústria.

Nos “domésticos” tivemos um valor semelhante ao do ano anterior. Daqui podemos concluir que, de facto, houve um crescimento, investimento pelas empresas, nomeadamente, sejam serviços ou comércio, enfim. Mas, também se verifica que a receita, embora o número de consumidores seja semelhante nas famílias, é aí que se verifica que a receita, é de facto o resultante das famílias, dos domésticos. Houve um crescimento, mas a receita é menor e todos sabemos porquê. As famílias mantiveram-se mais em casa e as empresas estiveram num período de encerramento. Também devido à pandemia, o investimento podia ser maior e todos nós demos conta que as empresas de construção de obras públicas também tiveram os seus problemas com a pandemia que levou, de facto, a que as obras se atrasassem, isto é um acontecimento a nível nacional, não é só concelhio ou regional.

De qualquer maneira, o investimento cresceu 25%, portanto, podíamos ter uma execução a nível das despesas de capital maior, mas não tivemos, como já referi devido a este ano atípico.

O nosso investimento nos Serviços Municipalizados é sempre canalizado para os nossos setores de atividade que são três, a renovação de redes de água e saneamento, construção de pluviais e dos resíduos.

Quero dizer também que continuamos com investimento nas novas tecnologias, não estagnamos, não cristalizamos, ao longo dos anos fomos investindo sempre nas tecnologias, nomeadamente, na indústria da água e também no setor dos resíduos que permite ter um trabalho mais célere, mais profícuo. Este investimento, nomeadamente, na renovação de redes foi feito na cidade, mas também num grande número de freguesias e alguns destes investimentos estiveram em execução em 2020, mas ainda não estão concluídos, terão a sua execução completa no ano de 2021.

Sabemos que em Castelo Branco a qualidade da água é boa, temos o nosso serviço de laboratório para análises à água de rotina e lá está, um laboratório com muitas competências para outros indicadores analíticos que não temos capacidade. Mas, temos água segura que nos diz



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

também e é reafirmado também pela Entidade Reguladora, enviamos todos os meses os dados dos parâmetros analíticos, que realizamos todos os dias.

O resultado do exercício poderia ter sido outro, mas o que está aqui refletido é a rubrica “provisões”. E o que é isto, provisões? A maior parte de vocês sabem, mas outros poderão não saber. As provisões são dívidas que de facto existem, não concordamos com elas, com o valor que de facto, vão para tribunal e estou aqui a falar do contrato celebrado há alguns anos a esta parte, com as Águas do Centro, agora chamado Águas do Vale do Tejo.

O Governo de então, rasgou literalmente o contrato que a Câmara Municipal tinha feito com o Estado Português e daí por não concordarmos com a alteração desse contrato, uma alteração unilateral, não estamos a pagar, de facto o saneamento pela forma de medição às águas de Portugal, nomeadamente, Águas do Vale do Tejo. Não concordamos com aquela medição porque o contrato foi feito entre a Câmara de Castelo Branco e o Estado Português. Não é original. Querem-nos, de facto, obrigar a ter uma responsabilidade que não temos, ou seja, há uma cláusula que é clara, os Serviços Municipalizados pagarão apenas uma parte da água fornecida aos portugueses, aos clientes e, portanto, é assim que está feito o contrato, isto no que diz respeito ao saneamento, está uma ação em Tribunal e daí estas provisões que levaram a influenciar este resultado.

Também quero dizer que os Serviços Municipalizados, têm sido geridos com prudência.

Prudência que, de facto, é um princípio como todos sabem da gestão. Essa prudência é aconselhável porque a sustentabilidade económico-financeira dos Serviços Municipalizados deve-se manter para continuar a investir na sua área de atividade, portanto, os Serviços Municipalizados e investir também na sustentabilidade ambiental que é fulcral para a qualidade de vida.

Também há um desafio enorme que é o novo paradigma quanto aos resíduos, chamados bio resíduos que já está um estudo feito para um investimento de equipamentos bio resíduos, de facto, temos necessidade também de estar atentos e será apresentado em discussão pública, com certeza, brevemente.

Antes de terminar, quero agradecer a todos e a todas os que me dirigiram palavras de elogio que me sensibilizaram. Foi com muito gosto, com grato prazer que desenvolvi o meu



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

trabalho nos Serviços Municipalizados, uma função também nobre que serve a causa pública, nomeadamente, no fornecimento de Serviços Públicos essenciais à população.

Bem hajam por tudo aquilo que me disseram hoje aqui, os Serviços Municipalizados continuarão com uma grande equipa, trabalho também desenvolvido pela grande equipa dos Serviços Municipalizados a quem agradeço.

José Alberto Moreira Duarte (PSD) – Em primeiro lugar, quero felicitar a Senhora Vereadora pela apresentação que fez hoje das contas que na minha ótica foi bem diferente daquilo que fez em outros tempos, provavelmente agora terá mais tempo para o fazer e que desde já agradeço e acho que é uma boa maneira de fechar o ciclo que aqui anunciou.

Em segundo lugar, quero-lhe dizer que fizemos alguma análise, parte daquilo que aqui disse, aumento de consumidores, o consumo das águas, registamos e parece-nos estranho que o valor da água por metro cúbico que é pago, nos “não domésticos” está abaixo daquilo que é pago pelos “domésticos”. De qualquer forma isso é uma questão de pormenor.

Posso acrescentar que o nível de execução, a nível global, inclui os plurianuais, entendemos que foi baixo em relação ao documento que nos foi apresentado.

Penso que o tema da água é um tema próximo face aquilo que já se anuncia, face à Campanha Eleitoral e esperemos que nos próximos tempos poderemos ter não só água, mas também toda a fatura da água mais baixa e que haja uma atenção social porque os municípios precisam disso, voltando também a dizer-lhe, exatamente em termos de pandemia

Já agora Senhor Presidente da Assembleia Municipal se me autoriza, quero fazer um comentário, pode não ser muito agradável, mas tenho que fazer. O nosso Deputado, Álvaro Batista ainda faltavam três segundos para acabar, o Senhor Presidente da Mesa já o estava a mandar acabar porque tinha terminado o tempo. Felicito o Engenheiro Jorge Neves para o estatuto que adquiriu nesta Assembleia porque só aos 25 segundos foi avisado e teve o tempo todo que quis até ao fim. Tenha paciência, já o disse uma vez pessoalmente, hoje tenho que o dizer publicamente.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Carina Sofia Filipe Caetano (CDU) - Não tivemos grandes dúvidas em relação aos documentos, estão bem elaborados, explícitos. Consideramos que há aspetos a melhorar, nomeadamente, o preço da água que podia ser mais favorável, mas no geral está positivo.

Queria aproveitar para saudar a Senhora Vereadora, Maria José Batista e a sua equipa e desejar-lhe as maiores felicidades.

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 6 votos contra, 5 do PSD e 1 do BE e 2 abstenções da 1 da CDU e 1 do CDS/PP e 32 votos a favor, aprovar os Documentos de Prestação de Contas do Exercício do ano 2020, dos Serviços Municipalizados de Castelo Branco.

Fluxo de Caixa

Total no Início do Período ----- € 71.598.931,11

Total do Saldo para o Ano Seguinte ----- € 71.956.584,79

Balanço

Total do Ativo ----- € 108.129.524,95

Total do património Líquido ----- € 54.113.362,40

Total Passivo ----- € 54.016.162,55

Demonstração de Resultados

Resultado Líquido do Período ----- (€ 487.833,67)

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 11.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 9 - Discussão e votação da proposta de “Pedido de Declaração de Interesse Público. Eurowind Energy, Lda. Central Fotovoltaica”. (Proposta n.º 25/2021)



A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized 'L' followed by a series of loops and a horizontal line.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Luís Alfredo Cardoso Resende (Departamento Técnico Operacional) – Este processo é uma situação recorrente, uma questão como disse, há pouco, que em termos de PDM, permite instalar este tipo de unidades se for declarado interesse público pela Assembleia Municipal. Portanto, são situações de unidades industriais que se localizam e instalam em espaços rurais, não pode ser numa área urbana, não faz sentido, mas tem que ser sempre declarado o interesse público se tem ou não interesse esse tipo de indústria.

É nos termos do artigo 52º. do PDM em vigor, portanto, isto abrange uma área de 20 hectares na zona do Monte Brito, portanto, os pareceres que obtiveram e eram necessários nesta fase do procedimento foram favoráveis, é evidente que todo o projeto, mesmo de execução, há-de ter uma análise específica por parte das entidades externas ao Município que se pronunciarão sobre o mesmo, garantirão as questões ambientais e as demais questões que se associam a este tipo de projetos.

Portanto, isto é uma competência da Assembleia Municipal que entende se deve, ou não, declarar o interesse público para que esta empresa possa continuar a desenvolver o projeto, no sentido de o concretizar ou não.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, declarar de interesse público a instalação de uma Central Solar Fotovoltaica, no local denominado por “Monte Brito”, pela firma “Eurowind Energy, lda”.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 12.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 10 - Discussão e votação da proposta de “Contratos Interadministrativos com as Uniãos e Juntas de Freguesia:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Presidente da Câmara – São contratos Interadministrativos com as Uniões e Juntas de Freguesia, portanto, o primeiro é com Junta de Freguesia de Monforte da Beira. Intervenção no Edifício Multiusos, na rua da Igreja. O segundo é com União de Freguesias de Ninho do Açor e Sobral do Campo para a Instalação do Espaço de Cidadão e Rota do Azeite e depois o seguinte para a Junta da de Freguesia de Tinalhas um Aditamento ao Contrato de Requalificação do Recinto das Festas, cujo, concurso ficou deserto e tivemos que reajustar o valor.

10.1. Junta de Freguesia de Monforte da Beira. Intervenção no Edifício Multiusos, na rua da Igreja. (Proposta n.º 26/2021)

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Contrato Interadministrativo com a Junta de Freguesia de Monforte da Beira para Intervenção no Edifício Multiusos, na Rua da Igreja, no valor de 37.100,89€.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 13.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

10.2. União de Freguesias de Ninho do Açor e Sobral do Campo:

10.2.1. Instalação do Espaço de Cidadão. (Proposta n.º 27/2021)

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Contrato Interadministrativo com a União de Freguesias de Ninho do Açor e Sobral do Campo para Instalação do Espaço de Cidadão, no valor de 16.200,00€.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 14.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

10.2.2. Rota do Azeite. (Proposta n.º 28/2021)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Contrato Interadministrativo com a União de Freguesias de Ninho do Açor e Sobral do Campo, destinado ao Projeto “Rota do Azeite”, apoio no valor 40.792,80€.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 15.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

10.3. Junta de Freguesia de Tinalhas. Aditamento ao Contrato de Requalificação do Recinto das Festas. (Proposta n.º 29/2021)

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Contrato Interadministrativo com a Junta de Freguesia de Tinalhas, um aditamento ao Contrato de Requalificação do Recinto das Festas, no valor de 173.100,00€.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 16.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

CONCLUSÃO DA ATA

E, não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Mesa encerrada a sessão, eram treze horas e trinta e cinco minutos, mandando que de tudo, para constar, se lavrasse a respetiva ata.

O Presidente da Assembleia Municipal,

A large, stylized handwritten signature in black ink, written over a horizontal line. The signature is partially obscured by a vertical line that runs through the center of the page.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

O 1.º Secretário,

A handwritten signature in black ink, consisting of several loops and strokes, positioned above a horizontal line.